

A Formação de Verbos no Português de Angola

(Para um estudo comparativo entre o Português Europeu e o Português de Angola)

José Cambuta

Dissertação de Mestrado em Ciências da Linguagem

José Cambuta
A Formação de Verbos no Português
de Angola (Para um estudo
comparativo entre o Português
Europeu e o Português de Angola
2014

Março, 2014

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Linguagem, realizada sob a orientação da Professora Doutora Maria do Céu Caetano

Dedicatória

Aos meus pais
Feliciano Bapolo
e
Justina Katumbu

In memoriam

Agradecimentos

Ao terminar o curso de Mestrado em Ciências da Linguagem, estou consciente de que houve um concurso e uma conjugação de muitas forças, umas mais próximas e, por conseguinte, mais visíveis, outras de forma muito indirecta, as quais me permitiram levar a cabo o trabalho que me propus. Deste modo, a minha gratidão vai, em primeiro lugar, a Deus que me deu alento, sobretudo nos momentos de maior vacilação e desânimo.

Agradeço à Prof.^a Doutora Maria do Céu Caetano, minha digníssima orientadora, pela sabedoria e pedagogia, mas também pela sua paciência e amabilidade. Estendo, ainda, a minha gratidão a todas as professoras e professores do Departamento de Linguística da FCSH- UNL que acompanharam o meu percurso, como mestrando.

Aos meus colegas de caminhada, Marina, Catharine, Beatriz, Eduardo e Luís, o meu reconhecimento pela simpática presença e companhia que sempre me proporcionaram nos seminários e nos momentos de distensão. Lembro também a ajuda prestada pelo meu caríssimo amigo José Rocha.

Finalmente, erguendo a cabeça, com reverência e gratidão, vejo que digno disto e de mais alguma coisa de que neste momento se me afigura quase inefável, são os meus pais, apesar de já não fazerem parte do mundo dos vivos, lembro-os e agradeço-os como se estivessem ainda nesta terra, pois devo a eles a minha existência, que me possibilita fazer o que faço neste mundo, o espaço antropológico de todos. Às minhas irmãs Amélia Tchilonga, Rosa Ndembeleke, Mariana Rita, Mariana e Ana Luís, às minhas sobrinhas Justina Raquel Vicente, Isabel Nambila, Feliciano e Agostinho Leonardo Kunhañgo Vicente, que de longe me acompanham e me animam neste atalho da vida, o meu tamanho reconhecimento.

A todos, os meus agradecimentos.

A Formação de Verbos no Português de Angola

(Para um estudo comparativo entre o Português Europeu e o Português de Angola)

José Cambuta

Resumo

O trabalho que ora se apresenta visa contribuir para um melhor conhecimento da Formação de Palavras no Português de Angola (PA) em comparação com o Português Europeu (PE), tendo como base comparativa a verbalização e mais especificamente, a formação dos verbos complexos em português. Dada a amplitude da verbalização, restringi a minha investigação aos sufixos verbalizadores *-izar* e *-ificar*, tendo ainda considerado alguns prefixos que ocorrem nas estruturas complexas em que estão presentes os sufixos acima referidos.

O trabalho começa, como não poderia deixar de ser, por uma breve revisão da literatura, sobre o que é e quais são os principais objectivos e processos da área de Formação de Palavras, fazendo referência, seguidamente, a algumas teorias e modelos de análise morfológica. No segundo ponto procede-se ao enquadramento do Português de Angola, tendo em consideração a sua génese histórica, realidade social, política, cultural e religiosa.

Num outro momento passa-se à constituição dos *corpora*, a partir de fontes previamente seleccionadas. Esta constituição obedece a um critério que dimana do objectivo deste trabalho. Por fim, discutem-se alguns aspectos morfológicos, suscitados pelos exemplos retidos para análise. É neste ponto onde se analisa a derivação verbal propriamente dita, nas suas formas sufixadas e, nalguns casos, posteriormente prefixadas. É também abordada, neste ponto, a questão da produtividade morfológica no âmbito da Formação de Palavras, particularmente no que à verbalização diz respeito.

Palavras-chave: *Português de Angola, Português Europeu, Formação de Palavras, Derivação, Verbalização, Produtividade Morfológica.*

Abstract

The work I present, aims at contributing for a better knowledge about verbs-formation in Angola Portuguese (AP) in comparison with European Portuguese (EP) having as comparative base the verbalisation and more specifically, the complex verb-formation in Portuguese. Because of amplitude of the verbalisation area, I've delimited my research to the verbalizer suffixes –izar and –ificar for suffixation, and considering some prefixes which occur in complex structures that have suffixes that I've above referred.

The work begins by a short literature revision about what's and which are word-formation area principal purposes, referring later to some theory and morphologic analysis models. Following note is about social, politic, economic, cultural and religious framework of Angola Portuguese and the corpora analysis. After this, it's made the corpora formation from the selected previously material. This corpora constitution follows a criterion from the scope of this work. Finally, I discuss some morphological matters raised by examples retained for analysis. It's at this point where I analyse verbal derivation itself in its suffixed forms and in some cases subsequently prefixed. At this point it's also discussed the question of morphological productivity within the word-formation, particularly with respect to the verbalisation.

Keywords: *Angola Portuguese, European Portuguese, word-formation, derivation, verbalisation, morphologic productivity.*

Índice

Dedicatória	ii
Agradecimentos	iii
Resumo	v
<i>Abstract</i>	vi
Índice	viii
Lista de siglas e abreviaturas	xii
Introdução	1
Objecto e objectivo	1
Metodologia geral do trabalho	2
Plano do trabalho	3
Capítulo I – A área da Formação de Palavras	5
1.1 Derivação e flexão.....	7
1.2 A derivação	11
1.3 A composição	12
Capítulo II: O Português de Angola - contexto histórico e social	14
2.1 PA: breve nota histórica	14
2.1.2 O português, uma língua em cinco continentes	14
2.1.3 O contexto sociolinguístico do Português em Angola	16
2.1.4 Uma pequena geografia das línguas autóctones em Angola	21
2.1.4.1 Línguas não bantu	22
2.1.4.2 Línguas bantu	22
2.1.5 O <i>status</i> do Português em Angola	23
Capítulo III: Constituição e características dos <i>corpora</i>	26
3.1 Fontes para o trabalho	26
3.2 Tratamento dos <i>corpora</i>	29
3.2.1 <i>Corpus</i> I: PA	30
3.2.1.1 Verbos em – <i>izar</i>	30
3.2.1.2 Verbos sufixados em – <i>ificar</i>	30

3.2.1.3 Verbos por prefixação	30
3.2.2 <i>Corpus</i> II: PE	30
3.2.2.1 Verbos em – <i>izar</i>	30
3.2.2.2 Verbos em – <i>ificar</i>	31
3.2.2.3 Verbos prefixados	31
Capítulo IV: Estudo comparativo entre o PA e o PE: a verbalização	32
4.1 Nota introdutória aos quadros analíticos dos <i>corpora</i>	32
4.1.1 <i>Corpus</i> I: PA	33
4.1.1.1 Verbos em – <i>izar</i>	33
4.1.1.1.1 Com bases nominais	33
4.1.1.1.2 Com bases adjectivais	34
4.1.1.2 Verbos em – <i>ificar</i>	35
4.1.1.2.1 Com bases nominais	35
4.1.1.2.2 Com bases adjectivais	35
4.1.1.3 Verbos formados pelo processo morfológico de prefixação	35
4.1.2 <i>Corpus</i> II: PE	36
4.1.2.1 Verbos em – <i>izar</i>	36
4.1.2.1.1 Com bases nominais	36
4.1.2.1.2 Com bases adjectivais	36
4.1.2.2 Verbos em – <i>ificar</i>	38
4.1.2.2.1 Com bases nominais	38
4.1.2.2.2 Com bases adjectivais	38
4.1.2.3 Verbos formados pelo processo morfológico de prefixação	38
4.1.2.3.1 Verbos formados pelo processo morfológico de prefixação, a partir de um verbo complexo em – <i>izar</i> (verbalização deverbal).....	39
4.2 Verbalização resultante de um processo de sufixação	40
4.2.1 A sufixação verbal em – <i>ar</i> e em – <i>izar</i>	40
4.2.2 A sufixação verbal em – <i>ificar</i>	45
4.2.3 Outros casos de sufixação verbal	46
4.3 Verbalização resultante de um processo de prefixação	47
4.4 Produtividade da verbalização em português	48

4.5 Verbalização: semelhanças e diferenças entre o PA e o PE	53
Considerações finais	58
Bibliografia	61
Anexo	70

Lista de siglas e abreviaturas

AA	-----	adjectivo + adjectivo
ABRALIN	-----	Associação Brasileira de Linguística
Adj.	-----	adjectivo
AILP	-----	Associação Internacional de Linguística do Português
AN	-----	adjetivo + nome
Art.	-----	artigo
Cap.	-----	capítulo
Cf.	-----	conferir
CPLP	-----	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
Ed.	-----	edição / editorial / editor
Eds.	-----	editores
Exs.	-----	exemplos
FP	-----	Formação de Palavras
Ibid.	-----	o mesmo
LWC	-----	Language of Wider Communication
N	-----	nome
NA	-----	nome + adjectivo
NN	-----	nome + nome
Num.	-----	número
NP	-----	nome + preposição
p.	-----	página
PA	-----	Português de Angola
PALOP's	-----	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PE	-----	Português Europeu
PN	-----	preposição + nome
Port.	-----	português

pp. ----- páginas
Pref. - ----- prefixo
PVA ----- Português Vernácul(o)arizado de Angola
RadAdj. ----- radical adjectival
RadN ----- radical nominal
RAE's - ----- Regras de Análise Estrutural
RFP's - ----- Regras de Formação de Palavras
Suf. ----- sufixo
Trad. ----- tradução
V ----- verbo
Vol. ----- volume
Vols. ----- volumes
VT - ----- vogal temática
X ----- base do processo de FP
Y ----- categoria possível
Z - ----- produto (derivado) possível

Introdução

Angola assumiu a língua portuguesa desde que, com os Descobrimentos, a presença portuguesa se tornou num facto naquela parcela da África Austral. Angola é hoje um dos países integrantes do espaço da Lusofonia e conta actualmente com cerca de mais de dezasseis milhões de habitantes, segundo os dados do Etnologue (2009: 50) tendo, como é sabido, o português como língua oficial. A questão dos falantes do português dentro do território angolano é, de certo modo, problemática, pois as informações disponíveis, como adiante o observarei, não são unânimes nos seus dados e nas suas projecções. Por exemplo, para Cuesta (1995: 15), Inverno (2009: 1) e Filusová (2012: 24), o número de falantes do português em Angola é de 20%, apesar de muitos cidadãos angolanos conhecerem a língua portuguesa.

Nos últimos anos, têm sido desenvolvidos alguns estudos sobre o Português Vernáculo de Angola (PVA), de que é exemplo Inverno (2004, 2006), e é procurando verificar a existência ou não de especificidades no PVA, que o distingam do Português Europeu (PE), que me proponho estudar, na área de Formação de Palavras, a verbalização nestas duas variedades do português.

Objecto e objectivo

Com este trabalho de investigação pretendo continuar a dilucidar alguns aspectos teórico-metodológicos que já havia encetado no âmbito do seminário de Morfologia. Proponho-me fazer, em primeiro lugar, efectuar uma breve descrição da Formação de Palavras em português e, em segundo lugar, comparar a formação de verbos complexos no Português Europeu e no Português de Angola. Neste estudo comparativo terei essencialmente em consideração a formação dos verbos em *-izar* e em *-ificar*, sem deixar de parte alguns verbos formados em *-ar* e pelo processo morfológico da prefixação. Estes verbos julgo serem aqueles em que, à partida, haverá um maior número de ocorrências, procurando-se que as análises a efectuar e os resultados a alcançar sejam o mais abrangentes possível. Sem querer

fugir a polémicas, no meu trabalho, assumirei que a Formação de Palavras se insere no léxico e será nessa perspectiva que procederei ao estudo da verbalização no Português de Angola.

A escolha da derivação deve-se ao facto de, entre os processos de Formação de Palavras, ser um dos mais frequentes. Os gramáticos históricos haviam chamado a atenção para este aspecto, ao analisarem a formação de verbos, havendo vários que consideram dois modos de formação, a derivação *imediate* e a *mediata* (cf. por exemplo Said Ali, 1964: 247). Ao nível da verbalização terei em consideração os verbos formados a partir de nomes, adjectivos ou de outros verbos (verbalização denominal, adjectival e deverbal).

Não deixarei de ter em conta a questão da Produtividade, tópico amplamente discutido ao longo do seminário de Morfologia, cuja complexidade está longe de ser resolvida, pois são ainda muitos os autores para quem a produtividade é sinónimo de frequência elevada, como atestam as palavras de Villalva (2008: 34), para quem a Produtividade «é uma propriedade dos processos de formação de palavras que diz respeito à medida da frequência do seu uso. Isto é, se um processo de formação de palavras é muito frequentemente usado, então esse é um processo muito produtivo...».

É, portanto, em torno destes dois grandes eixos, o processo de verbalização e o conceito de produtividade, que se desenrolará o meu trabalho sobre o Português de Angola. Muitos outros aspectos haveria a tratar no âmbito da Formação de Palavras, contudo escolhi a verbalização por ser uma área em que existem menos estudos no Português de Angola.

Metodologia geral do trabalho

Como metodologia de trabalho, inicialmente, tive a preocupação de formar um *corpus* para análise. O *corpus* foi constituído recorrendo a jornais semanários angolanos (3) e jornais semanários portugueses (3) (cf. Referências). Os jornais angolanos e portugueses analisados compreendem um período fixo de edição, isto é, visando a uniformidade cronológica, os jornais a analisar, à excepção de um jornal angolano, editado a 12 de Julho 2013, foram todos editados num espaço de tempo que vai de 04 – 18 de Outubro 2013.

A seguir, adoptando o método analítico, procurarei fazer uma leitura e análise do *corpus* formado. Dado que um trabalho deste tipo exige sempre um enquadramento da problemática em questão, segui, ainda, o método descritivo que me deu a possibilidade de

expor as discussões já existentes sobre a questão a trabalhar, para assim se abrir caminho para uma visão de conjunto e do estado da questão.

Utilizei também alguns instrumentos que ajudaram a seleccionar e a filtrar os exemplos retirados dos jornais. Deste modo, usei alguns dicionários que me serviram de suporte na análise mórfica e na verificação das formações morfológicas portuguesas, os quais contribuíram para que pudesse criteriosamente identificar as que o são e a excluir as que o não são. Utilizei vários dicionários (cf. Referências). Todavia, dois deles serviram-me de base: o *Dicionário de Língua Portuguesa Contemporânea* (DLPC), da Academia das Ciências de Lisboa (2001) e o *Dicionário Eletrónico Houaiss* 2009. O motivo da escolha destes dicionários será exposto na nota introdutória ao capítulo III.

Plano do trabalho

Em primeiro lugar, este trabalho está constituído por uma breve introdução em que se procura fazer o enquadramento da área da Formação de Palavras e em que se apresentam, em linhas gerais, as principais tendências. Descrevem-se igualmente as fontes, o objecto e os objectivos, bem como os métodos considerados ao longo do trabalho.

O primeiro capítulo visa descrever a Formação de Palavras, incidindo sobre os aspectos gerais e sobre outras questões de carácter mais particular. Nele, serão descritos sumariamente os processos da derivação (sufixal e prefixal), terminando com uma breve referência à composição em português.

No segundo capítulo, começo por fazer um enquadramento teórico-histórico do Português de Angola, tendo em consideração os factores sociais, económicos, políticos, culturais e religiosos que contribuíram para a expansão do Português em Angola, desde o século XVI. A descrição destes factores não deixa de parte os aspectos estritamente ligados à realidade angolana, como a sua localização e posição geográfica no continente africano, a sua pertença a organismos internacionais criados no espaço lusófono para a tutela e defesa dos interesses do português, enquanto língua de relações de uma comunidade transcontinental.

No terceiro capítulo é feita a constituição e caracterização dos *corpora*. Nele descrevem-se os aspectos metodológicos seguidos para a constituição dos *corpora*. Em seguida, neste capítulo, são apresentados os exemplos extraídos dos *corpora* em listas ordenadas (por afixos

e alfabeticamente). As listas dos verbos seleccionados estão agrupadas de acordo com a variedade do português a que pertencem (PA ou PE) e segundo o tipo de sufixo ou de prefixo que participam na derivação destes verbos. Em cada uma destas variedades há um agrupamento, primeiro dos verbos sufixados em *-izar*, em seguida dos verbos sufixados em *-ificar* e, finalmente, dos verbos prefixados.

O quarto capítulo tem por escopo debruçar-se sobre questões decorrentes da análise compreendida a partir dos *corpora*. É um capítulo mais centrado nos processos morfológicos identificados nos *corpora*. Estes processos são estudados e discutidos à luz dos modelos teóricos existentes que exploraram ou que continuam a explorar a área da morfologia e, mais precisamente, a área da Formação de Palavras, desde os gramáticos históricos até às posições mais recentes. O capítulo está centrado no processo da verbalização, nomeadamente no processo que concorre para a formação de novos verbos da primeira conjugação em português. No primeiro ponto faz-se a análise mórfica. O segundo item trata verbalização enquanto produto resultante de um processo de sufixação e da questão da verbalização sufixal em *-ar*; da verbalização sufixal em *-izar* e da verbalização sufixal em *-ificar* e o terceiro item descreve a verbalização resultante de um processo de prefixação.

Nesta abordagem da verbalização, pareceu-me importante e imprescindível fazer referência à questão da produtividade, questão que é tratada no quarto ponto. A parte final deste capítulo centra-se na comparação que procuro estabelecer entre a verbalização no PA e no PE. Assim, nesta parte fundamental, aponto algumas semelhanças e dissemelhanças entre uma e outra variedade do português, tendo como base de análise os sufixos verbalizadores *-izar* e *-ificar* e os derivados verbais prefixados decorrentes dos *corpora* estudados.

Por fim, este trabalho termina com algumas considerações gerais que se afiguram como pequenas conclusões, a partir de todos os pressupostos assumidos e do material estudado. Depois de tudo isto, seguem-se as referências bibliográficas, a listagem do (s) anexo (s) e o índice.

Capítulo I – A área da Formação de Palavras

Como já foi referido, na introdução a este trabalho, propus-me estudar, numa perspectiva comparativa, um subprocesso de Formação de Palavras no Português de Angola (PA) e no Português Europeu (PE). O meu estudo cinge-se aos processos de formação de verbos, pois a Formação de Palavras enquanto tal dificilmente caberia num trabalho final de mestrado.

Antes de passar à análise e discussão dos aspectos intimamente relacionados com a verbalização, senti a necessidade de fazer uma descrição geral dos processos de Formação de Palavras e da problemática deles decorrentes, de modo a que, por um lado, se possa ter uma visão de conjunto, que me permita compreender melhor as diversas perspectivas e os modelos usados na área da morfologia e, por outro lado, visando um melhor enquadramento do meu tema de trabalho. Não pretendo, obviamente, tratar a temática da Formação de Palavras com o máximo de exaustão, e tenho consciência de que a amplitude das questões e a sua complexidade transcendem, em muito, os limites e os objectivos do meu trabalho. Por isso, me cingirei apenas a algumas questões envolvidas no estudo do domínio da Formação de Palavras, tendo em conta alguns trabalhos mais descritivos e outros mais teóricos.

Embora seja uma discussão que ainda se prolonga, as correntes mais tradicionais consideram que o domínio específico da área da Formação de Palavras é a morfologia. Sendo um debate clássico, o lugar ocupado pela Formação de Palavras na gramática ainda está na ordem do dia.

A consagração da morfologia como componente autónoma da gramática não tem sido assumida consensualmente pelos linguistas e relativamente à Formação de Palavras a situação ainda é mais problemática, tendo em conta todas as interfaces que nesta área confluem.

Nas primeiras versões da Gramática Generativa (cf. Hipótese Transformacionalista), o capítulo da morfologia como entidade autónoma e distinta da sintaxe e da fonologia viu injustificada a sua existência. Este debate intensificou-se sobretudo a partir do célebre artigo de Chomsky (1970)¹, na sequência do qual surgiu a Hipótese Lexicalista, uma perspectiva que, na visão de Mateus (1990: 416) defende que «os processos sintácticos não podem formar

¹ Scalise (1986: 17) relembra que Halle (1973) foi o primeiro proponente de uma Teoria Lexicalista em Morfologia.

nem transformar palavras». No entanto, a posição de Chomsky viria a dar origem ao que Selkirk (1982: 70) designou por «condição sobre a autonomia da estrutura da palavra». De acordo com esta perspectiva, a transformação por supressão ou movimento não pode, de nenhuma maneira, ter envolvimento nas categorias das estruturas de palavras ou de frases. Este foi um ponto de partida para muitos linguistas perceberem que a Formação de Palavras era uma realidade autónoma e que o âmbito específico dos seus processos era o léxico.

Assim, o âmbito da morfologia e, de modo muito particular, a área da Formação de Palavras, tornou-se num verdadeiro campo de batalha intelectual, sucedendo-se os estudos de várias tendências. Na verdade, muito cedo, e não recentemente como alguns supõem, três correntes de pensamento se formaram. A primeira tendência onde se insere, por exemplo, a maior parte dos gramáticos históricos (cf. Caetano, 2003: 69), «entende que a área da formação de palavras pertence à morfologia (cf. Teófilo Braga (1876), Manuel P. Silva Jr. e Lameira de Andrade ([1887] 1913), António G. Ribeiro Vasconcellos (1900), José J. Nunes ([1919] 1989)», enquanto outros (cf. Caetano, 2003:69) «a estudam dentro do Léxico (Eduardo C. Pereira ([1916] 1935), Ismael Coutinho (1938) e Mattoso Câmara Jr. (1975)) e outros, ainda, lhe conferem um tratamento independente (Carl von Reinhardstoettner (1878), J. Leite Vasconcellos ([1911] 1959, Manuel Said Ali ([1931] 1964), e Carolina Michaëlis de Vasconcellos ([1946] s.d.))».

Como resposta à Hipótese Lexicalista defendida e desenvolvida por Chomsky (1970), na linha de Halle (1973), propôs-se a denominada Hipótese Lexicalista Forte, que defende que «tudo o que se relaciona com a morfologia se localiza no léxico». Como se pode ver, as duas hipóteses cruzam-se na concepção lexicalista da Formação de Palavras, visto que ambas são unânimes em distinguir no léxico a componente fundamental nos processos da Formação de Palavras.

Por oposição à Hipótese Lexicalista Forte, na Hipótese Lexicalista Fraca (cf. por exemplo, Aronoff, 1976) sustenta-se a tese da negação do processamento da flexão ao nível do léxico. A este nível, o léxico é praticamente entendido como sendo apenas «uma lista de palavras», que os linguistas usam em particular para se referirem ao dicionário mental (cf. Aronoff & Fudeman, 2005: 52). Foi esta posição de Aronoff (1976), defendida em *Word Formation in Generative Grammar*, que abriu espaço dentro da morfologia para as designadas RFP's (Regras de Formação de Palavras). Apesar de parecer ser um grande avanço no estudo

da FP, esta última posição também não tem vindo a reunir consenso. Há outros linguistas que defendem que uma palavra não é formada todas as vezes que ocorre num determinado enunciado ou *corpus*, mas aparece cada vez registada em cada enunciado e no léxico.

A Formação de Palavras estuda as palavras enquanto unidades que são linguisticamente analisáveis, que têm os seus elementos constituintes, isto é, uma estrutura interna. O primeiro desafio na Formação de Palavras é a delimitação do conceito de ‘palavra’, mais especificamente de ‘palavra complexa’. Contudo, não é o único desafio que existe, há outros como os diversos processos que concorrem para se formarem as palavras e qual a ordem seguida para que a partir de um radical ou de um tema (nominal, adjectival ou verbal), os afixos se soldem para se formarem palavras novas, cada uma pertencente à sua categoria gramatical e com as suas especificidades.

Segundo Dubois (1973: 289), designa-se por Formação de Palavras o «conjunto de processos morfossintáticos que permitem a criação de unidades novas com base em morfemas lexicais». Esta definição sublinha bem que nos processos de Formação de Palavras (e na Formação de Palavras, em geral) quase todos os domínios da gramática das línguas estão em interface, isto é, há uma interação entre as várias componentes de uma língua.

1.1 Derivação e flexão

A decomposição em unidades mínimas decorre da existência de palavras complexas. Estas palavras são formadas de uma base X (palavra, radical, tema) e de afixos Y (prefixos e sufixos, em português), ou de duas bases (composição). É da análise das palavras complexas que partimos para a descrição dos processos de Formação de Palavras, que podem ser de natureza derivacional, ou intervirem sobre palavras que, uma vez reunidas, passam a valer como um todo e, então, temos composição.

Um debate que tem vindo a envolver um considerável número de linguistas originou-se da complexidade da delimitação das noções de derivação e de flexão. Se, realmente, a área da Formação de Palavras abarca a derivação e a composição fará sentido a distinção entre a morfologia derivacional e a morfologia flexional? Diversas vezes têm-se erguido, na tentativa de dissipar a complexidade da demarcação de fronteiras entre os dois tipos de morfologia (flexional e derivacional), embora o consenso não seja fácil, uma vez que as diferentes posições teóricas o dificultam.

Para alguns linguistas, a Morfologia e a Formação de Palavras são concebidas como áreas nalguns aspectos semelhantes à Sintaxe, considerando-se que as palavras têm essencialmente a mesma estrutura que as frases (cf. Selkirk, 1982; Toman, 1983; Di Sciullo e Williams, 1987; Lieber, 1992). Alguns, como Halle e Keyser (1993), por exemplo, defendem mesmo que a derivação também é sintaxe.

Bybee (1985) foi uma das autoras que deram o seu contributo à questão, nomeadamente na sua bem conhecida obra *Morphology. A study of relation between meaning and form*, onde distingue a derivação da flexão, partindo do conceito de ‘obrigatoriedade’, estabelecido por Greenberg (1954). Segundo este autor, as categorias obrigatórias forçam certas escolhas do falante. Este fundamenta a sua posição justificando que os morfemas derivacionais não são obrigatórios, uma vez que eles são «*morphemes which, when in construction with a root morpheme, establish a sequence which may always be substituted for some particular class of single morpheme in all instances without producing a change in the construction*» (Greenberg, 1954: 191).

Beard (1998: 44) também se refere à distinção flexão/derivação, sendo, para ele, esta última, sinónimo de Formação de Palavras, ao considerar que «*unlike inflectional morphology, which specifies the grammatical functions of word in phrases without altering their meaning, derivational morphology or word formation is so named because it usually results in the derivation of a new word with new meaning. This traditional definition, however, has failed to secure a distinction between the two types of morphology, and the reasons for this failure have become matters of considerable discussion*». Ou seja, segundo Beard (1998), enquanto a flexão se caracteriza essencialmente pela sua função sintáctica, a derivação desempenha sobretudo uma função semântica. Beard (1998: 44-45) acrescenta ainda, que «*if inflection is relevant only to syntax, the output of inflectional rules cannot be listed lexically. Derivation, on other hand, is purely lexical, so the output of a derivation rule is a new word which is subject to lexical listing* ». Ora, sendo a flexão puramente sintáctica, como conclui o autor, isso significa, portanto, que a flexão não pode alterar lexicalmente uma palavra e que só a derivação tem poder de o fazer.

Em relação à derivação, imensas considerações têm sido feitas. Tal como apontado por Beard (1998: 46), são sobretudo três as posições sobre a derivação que têm emergido na recente literatura sobre o assunto. A primeira é representada pelos defensores da *Word Syntax*

(por exemplo, Selkirk (1982), Lieber (1981, 1992), Toman (1983), Scalise (1984) e Sproat (1985)). Para estes autores, a derivação tem de ser pensada como selecção lexical, ou seja, na derivação dá-se sempre a selecção de um afixo a partir do léxico. Esta concepção do fenómeno da derivação está estreitamente vinculada à existência de uma estrutura hierárquica interna da palavra. A segunda consideração é a da derivação enquanto operação morfológica, encarando-se a derivação como uma operação ou conjunto de operações (cf. Mathews (1972) e Anderson (1992)). Assim, os defensores desta visão (onde se incluem igualmente Aronoff (1976, 1994), Beard (1981) e Anderson (1992), entre outros, contrapõem-se à posição anterior, pois asseguram que «*a derivational morpheme is not an object selected, but the processes of inserting or reduplicating affixes, vocalic apophony, etc*» (cf. Beard, 1998: 48). A última perspectiva é a que considera a derivação como um conjunto de relações lexicais. Para os defensores desta posição (cf. Jackendoff (1975) e Bybee (1988), entre outros, a derivação é, então, entendida como um conjunto de relações lexicais paradigmáticas.

A discussão sobre a derivação trouxe ainda outras soluções. Muitos linguistas vêm na derivação, alguma tipologia. Na tentativa de minimizar os intermináveis debates, alguns linguistas consideraram que o fenómeno da derivação comporta algumas distinções peculiares que lhe são inerentes. A distinção entre a derivação e a flexão foi-se, entretanto, baseando em novos critérios². Booij (2000: 361) nota que, além dos processos de afixação, as alterações vocálicas, a reduplicação, etc, podem ser usados em ambos os casos. Diversamente de Booij, Stump (2005: 49), ao estudar a morfologia derivacional e flexional do inglês, sublinha que a teoria morfológica deverá distinguir a morfologia flexional da morfologia derivacional. Segundo o autor, a raiz desta diferenciação reside na ambiguidade do significado de “palavra”. Isto é, as tentativas de definição de “palavra” forçaram, por exemplo, a distinção de palavra gramatical e palavra fonológica. Stump (2005: 49) ilustra esta complexidade através da apresentação de uma série de quatro frases, em que avalia o comportamento do verbo

² Segundo Beard (1998: 57), a denominada derivação gramatical regular tem quatro distinções fundamentais que aparecem referidas na literatura linguística: a «*featural derivation, functional derivation, transposition and expressive derivation*. No primeiro tipo de derivação (defendida sobretudo por Jakobson, 1932, 1939), o traço característico é a imutabilidade da categoria da base subjacente, restringindo-se apenas a operações sobre os valores das características inerentes. O segundo tipo de derivação, a ‘derivação funcional’ descrita por Kurylowicz, 1936), também chamada por “derivação lexical”, distingue regras que aumentam características à base subjacente daquelas que mudam simplesmente a sua categoria morfológica ou morfossintáctica. O terceiro tipo é chamado ‘derivação sintáctica’ (Kurylowicz, 1936) ou ‘transposição’ (Marchand, 1967). Este tipo de derivação distingue a simples mudança de categoria sem alguma mudança funcional. E, finalmente, a ‘derivação expressiva’. Este tipo de derivação é caracterizado pela imutabilidade, no seu processo, quer no escopo referencial do seu *input*, quer na categoria lexical da base (cf. Beard, 1998: 57-60).

inglês *put*, como se indica: a) *I will put the book away*; b) *When I leave, I put the book away*; c) *When I left, I put the book away*; d) *I have put the book away*. Neste conjunto de quatro frases, Stump verifica que relativamente ao verbo inglês *put*, apesar de este variar de função, a forma verbal permanece a mesma: *put*. Em cada uma destas frases, embora semanticamente se indique claramente algo relacionado com a “acção de pôr”, a função de *put* é claramente distinta. Para Stump, isto levanta seriamente a questão de sabermos realmente o que é a “palavra”. Portanto, face à esta dificuldade e outras, compreende-se quando Booij (2000: 361) chegue a afirmar que a questão da tentativa de demarcação de fronteiras entre a derivação e a flexão é um problema clássico, aparentemente quase irresolúvel.

Face às dificuldades da definição de palavra e ao estabelecimento de fronteiras nítidas entre flexão e derivação, surgiram duas tendências. A primeira encontra-se num ponto da questão em que a afirmação mais plausível para ela é considerar que não se pode demarcar nenhum limite entre a derivação e a flexão. Demonstra-o a observação de Stump (2005: 61-62) que, apesar de não partilhar desta posição, reconhece alguns pontos de contacto entre a flexão e a derivação: «...most obviously, the formal operations by which words are inflected are not distinct from those by which new words are formed. Indeed, the very same marking may serve as an inflectional exponent in one context and as a mark of derivation in another (...). More, generally, both the domain of inflection and that of word-formation involve affixation, segmental and suprasegmental modifications, and identity operations». Para explicar esta posição, Stump ilustra-a com exemplos do inglês. A palavra tomada para isso é o verbo *to read*, donde de *read* temos *reading /reading*, sendo a primeira forma participio presente de *to read* e a segunda, nome do mesmo verbo. De facto, quer o participio quer o nome parecem activar a mesma regra morfossintáctica. Contudo, no caso do participio temos a flexão e no caso do nome temos a derivação (deverbal).

Da breve exposição anterior, conclui-se que o debate sobre a distinção entre a derivação e a flexão continuará provavelmente a existir, o que evidencia igualmente a dificuldade de separar os aspectos morfológicos, sintácticos e semânticos, na área da Formação de Palavras. Isto é, a complexidade da demarcação de limites entre a derivação e a flexão decorre também da complexidade que cada uma destas componentes encerra em si mesma.

1.2 A derivação

A derivação, tal como qualquer outro processo de Formação de Palavras, também tem a sua complexidade do ponto vista das suas propriedades, actuação e realização e além dos estudos que consideram a derivação no quadro da sincronia, ela tem sido vista também no plano da diacronia, embora menos frequentemente. Em relação à derivação verbal, alguns gramáticos históricos do português dividem-na em *mediata* e *imediata*, embora não seja esta a posição de José Joaquim Nunes ([1919] 1989). Todavia, já antes destes, Diez (1874: 361) havia observado que o processo de formação de verbos deverá ser ou *mediato* ou *imediato*. Quer Diez (1874), quer Meyer-Lübke, entendem a *derivação mediata* como aquela que se estabelece por meio de um sufixo. Tratando-se de um processo *imediato*, este não comporta nenhum elemento em posição sufixal. Neste último caso, considera-se que ao radical (nominal ou adjectival) liga-se de imediato a vogal temática e o morfema de infinitivo. De facto, esta é a ideia que transparece nas palavras de Diez (1874 : 361), ao afirmar que «*la dérivation verbale s'opère soit au moyen des suffixes propres, comme caval-c-are ital.de cavallo, soit par l'addition des lettres de flexion au thème de n'importe quelle espèce de mot, comme dans frutt-are de frutto, viaggi-are de viaggio. Nous nommons le premier mode, dérivation médiate, le seconde dérivation immédiate*». Partilhando a mesma ideia, Meyer-Lübke (1895: 655) sublinha que «*la dérivation est immédiate, plantare de planta, ou médiate, alb-ic-are, de albus. Le mot primitif est avec le verb dans la relation soit de sujet: en ital.gradire (être agréable, de grado) ou d'objet : en ital.fogliare (produire des feuilles), ou de moyen : en ital.falciare (travailler avec la faux, faucher). Les formes de toutes les classes sont si nombreuses qu'on doit absolument les renvoyer au dictionnaire (...)*». Portanto, os gramáticos históricos referidos anotam que nos processos de formação de verbos, a derivação pode ser *mediata* e *imediata* e que o elemento *-ar* não tem estatuto de sufixo derivacional, questão que debatarei mais adiante.

Bechara (1992: 176) entende a derivação como um processo de Formação de Palavras em que de uma palavra primitiva se obtém, por meio de um afixo, uma outra. Rocha (2003: 106) não se afasta muito dos autores anteriores. Para ele «a derivação sufixal, ou sufixação, pode ser caracterizada como um tipo de derivação que consiste na anexação de um sufixo a uma base». Em relação ao português, podemos dizer que o processo da derivação (sufixal e prefixal) é aceite por todos como sendo um dos processos de formação de novas palavras mais

utilizado na língua (cf. Torres (1959), Cunha (1975), Cunha e Cintra (1984), Cuesta (1980), Mateus et al. (1990; 2003), Lopes (2003) e Caetano (2003), entre muitos outros.

1.3 A composição

Tal como acontece com a derivação, a composição enquanto integrante dos processos de Formação de Palavras tem sido também imensamente estudada, quer a composição em português, quer noutras línguas (cf., por exemplo, Vasconcelos, 1946; Nunes ([1919] 1989; Coutinho, 1958; Said Ali, 1964; Cunha e Cintra, 1984; Mateus, 1990; Fabb, 1998; Villalva, 2003, 2008; Rio-Torto, 2006; Ribeiro, 2006; Santos, 2009). Embora com concepções variadas do ponto de vista da sua inserção na dinâmica funcional, a maior parte dos autores reconhece a composição como uma área da Formação de Palavras. Contudo, esta perspectiva também tem tido algumas discussões. Há autores que, por razões variadas, entendem que a composição não pode ser unicamente tratada no âmbito da Formação de Palavras, sendo mais adequado estudá-la, nalguns casos, no âmbito da sintaxe, não só pela relação sintáctica entre os elementos do composto, mas também porque a composição, ao operar muitas vezes com palavras autónomas e não com radicais e afixos, não desencadeia os mesmos fenómenos observados na derivação (cf. Aronoff (1994: 16) e Anderson (1992: 318)).

As divergências quanto ao domínio de estudo da composição assentam, portanto, no facto de os compostos, quanto à sua estrutura, se distinguirem dos derivados, ainda que se assuma que na prefixação, os prefixos pressupõem uma base autónoma, contrariamente à sufixação, que opera com bases presas (cf. Santos, 2009: 25). A coesão sintáctica e semântica que existe entre os elementos de um composto é de natureza diferente da relação que se estabelece entre uma base derivacional e um afixo. Na composição (cf. por exemplo, Santos, 2009: 25-26), os elementos ocorrem em estruturas do tipo: forma livre + forma livre (por exemplo, *amor-perfeito*, *couve-flor*); forma presa + forma presa (por exemplo, *fungicida*, *biblioteca*); forma presa + forma livre (por exemplo, *geoeconómico*, *auto-estrada*). Com base na autonomia ou não autonomia dos elementos do composto temos assim, a distinção entre composição morfológica e composição sintagmática, que podemos encontrar em Villalva (1994, 2008) e noutros especialistas em Formação de Palavras do português, nomeadamente Rio-Torto, 2006; Ribeiro, 2006, Santos, 2009. Além da diferente categoria sintáctica e da autonomia ou não autonomia dos elementos dos compostos, uma questão crucial prende-se com o facto de,

nalguns casos, um dos elementos do composto exercer a função de núcleo, influenciando (sintáctica e semanticamente) toda a estrutura, como por exemplo, no composto endocêntrico *peixe-espada*. Dependendo das línguas, a composição pode ser um processo de Formação de Palavras mais ou menos rentável. No caso do português, parece haver algum acordo de que a composição, embora seja muito frequente, não o será tanto quanto a derivação, sobretudo a derivação sufixal, subdomínio em que se inscreve o meu trabalho.

Capítulo II: O Português de Angola - contexto histórico e social

No meu trabalho procuro estabelecer algumas relações ao nível da derivação verbal, que possam igualmente ajudar a perceber o sistema de Formação de Palavras no PA e no PE, mas antes de passar a um estudo comparativo entre estes dois sistemas, julgo ser indispensável e fundamental começar por tratar o PA no seu contexto histórico-situacional, o que farei em seguida.

2.1 PA: breve nota histórica

Não se pode abordar qualquer questão que seja, julgo, relativa a uma comunidade de povos, sem primeiro compreender a sua realidade geográfico-histórica. Compreender um povo é localizá-lo no tempo e no espaço. Pois estes são as grandes componentes e coordenadas do acontecer histórico.

2.1.2 O português, uma língua em cinco continentes

Antes de fazer uma abordagem especificamente orientada para a questão da realidade do português em África, muito particularmente em Angola, quero fornecer de modo resumido, alguma informação sobre a questão do “estado” do português no mundo. De facto, estamos na presença de uma língua que é, a nível global, o sexto idioma mais falado do mundo. O português é, na actualidade, a língua nacional e oficial de sete países – Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Cabo Verde (e Timor Leste), além de ser também língua de comunicação em muitos outros países como por exemplo, Singapura, Macau, Goa, Sri-Lanka, Damão e Diu (Ponso, 2010: 148). Desde o século XVI, a língua portuguesa conheceu uma grande expansão pelos cinco continentes do globo terrestre e nos tempos modernos conta com cerca de 178 milhões de falantes³. De facto, nos nossos dias, quer nos países em que se adoptou o português como língua oficial ou nacional, quer nos

³Disponível em http://www.tlfq.ulaval.ca/axl/langues/div_inegal_tablo1.htm, da Faculdade de Letras da Universidade Laval de Québec, Canadá. Acesso em 14. 02. 2014.

De referir ainda que, de acordo com os dados do Ethnologue (2009), das 6.909 línguas existentes no mundo, das quais 2.110 localizadas em África, a língua mais falada no mundo é o mandarim, com 1.213 milhões de falantes, seguida do espanhol, com 329, do inglês, com 329 milhões, do árabe, com 221 milhões e do hindu, com 182 milhões. Acesso em 14. 02. 2014.

países onde este é utilizado como língua de comunicação, a sua importância tem uma grande visibilidade.

Contudo, se por um lado, o português atingiu grandes dimensões, em termos de expansão, por outro, a sua localização em relação ao seu estatuto nos países em que ele é língua nacional ou oficial e noutros onde é somente língua de comunicação, tem conhecido um grande desafio. Este repto deriva do facto de o português, nestes países, conviver com o fenómeno sociolinguístico do multilinguismo, em muitos casos bastante acentuado. O convívio com as línguas indígenas nem sempre foi pacífico. Ponso (2010: 148) considera esta situação como contexto que confere à língua portuguesa um título de língua pluricêntrica em que «em geral, o *status* de diferentes variedades nacionais de uma língua pluricêntrica é assimétrico». O conceito de assimetria parece-me fundamental na abordagem da questão dos ‘conflitos’ do português com as outras línguas. A assimetria favorece a visibilidade e a representatividade de alguma variedade. No caso do português, na actualidade, as variedades com maior representatividade e visibilidade são as variedades nacionais do Português Europeu e do Português Brasileiro que, como aponta Ponso (2010: 149), apresentam nuances que supõem que somente estas são *standard* e as outras são colocadas num *status* de *não-standard*, exóticas e arcaicas. Em relação às variedades consideradas *standard*, o critério que as selecciona apresenta argumentos baseados no facto de elas possuírem normas rígidas, maior uniformidade na escrita, melhores recursos para exportar a sua variedade em programas de ensino de língua, bem como para publicar dicionários e livros didácticos (Clyne, 2004; Ponso, 2010). Esta dificuldade que o português enfrenta nos diversos países que o têm como língua oficial ou nacional, com maior incidência nos países africanos onde se alcançaram as devidas independências num passado muito recente, muitos deles na década de 70 do século XX, originada do conceito de assimetria muito operacional na localização do *status* de representatividade e visibilidade das variedades linguísticas do português, tem sido, nas últimas décadas, um ponto de referência e de partida, para se pensar na exiguidade de estudos quer linguísticos quer sociolinguísticos em África. Mariani (2007) relaciona a escassez de estudos com os efeitos da colonização, pois para ela, «os efeitos de controle, exclusão e violência simbólica a que foram submetidos os povos africanos deixaram consequências que se vêem ainda hoje no período pós-colonial, herdeiro da ideia de que as línguas não europeias são difíceis, defeituosas, sem racionalidade» (*apud* Ponso, 2010: 149).

Neste quadro de dificuldades em questões de política linguística e, sobretudo, a partir destes dados ou desta constatação, urgiu a necessidade de se recorrer à constituição de associações e organismos que, nas últimas décadas, se têm empenhado no estudo, promoção e divulgação de todas as variedades emergentes, incluindo as de uma representatividade e visibilidade factuais, como são as variedades europeia e brasileira. Foi assim que, em 1989, se criou a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa). Este organismo é constituído pelos países como Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste, cuja missão está relacionada com um organismo que «assume-se como novo projecto político, cujo fundamento é a língua portuguesa»⁴. Passado menos de uma década, isto é, sete anos depois, houve necessidade de se criar também os PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), cujo objectivo é constituir o grupo que se assume como interveniente e responsável dos assuntos relacionados com protocolos de cooperação internacional para o desenvolvimento com outros países e instituições nos diversos domínios, principalmente da cultura, fomento e educação, economia e diplomacia. De sublinhar ainda que, no âmbito estritamente linguístico, foram criadas duas associações linguísticas: a ABRALIN (Associação Brasileira de Linguística) em 1969 e a AILP (Associação Internacional de Linguística do Português) em 2001, cujo objectivo é «promover a defesa da língua portuguesa num plano internacional, por meio da divulgação de informações e materiais para o ensino, contemplando a enorme diversidade que apresentam as variedades nacionais da língua»⁵. Este é o rosto do português no mundo e uma pequena radiografia da sua realização como língua de comunicação de milhares de falantes de diversos continentes do globo.

2.1.3 O contexto sociolinguístico do português em Angola

Como é conhecido pela história, o século XV foi determinante para aquilo que podíamos chamar de “globalização” da época. A saída de Portugal e dos outros países europeus para fora das fronteiras do continente europeu abriu um novo horizonte no olhar a história política, social, linguística e até mesmo religiosa. Os descobrimentos possibilitaram os contactos de povos que nunca se conheceram, nem nunca tinham tido relações de amizade ou comerciais. É neste plano em que se deve enquadrar o contexto linguístico do português em África. Na

⁴ Disponível em <http://www.cplp.org>. Acesso em 14. 02. 2014

⁵ Disponível em <http://www.fl.ul.pt/pessoais/ailp>. Acesso em 14.02.2014.

verdade, como escreve Filusová (2012: 8), «o primeiro encontro da língua portuguesa com as línguas africanas foi uma consequência natural da exploração da África pelos portugueses, iniciada no século XV». De facto, foi a partir de 1482, data em que Diogo Cão aportava em Luanda, que Angola começava a ter uma nova realidade social que teria como uma das consequências uma nova realidade linguística. A chegada dos portugueses a Angola teve assim consequência, a nível da cultura do povo angolano, a implantação do português no antigo reino de Ngola por imperativo das forças da necessidade comunicativa. Emílio Bonvini aflora esta situação que se vivia na época, dizendo que, no período da expansão, os portugueses tiveram de promover uma estratégia linguística de abordagem do continente africano, com o objectivo de resolver o impasse da comunicação com os habitantes dos territórios invadidos (cf. *Apud*, Petter, 2008: 15-17). Não há comunicação sem linguagem e nem pode haver um contacto interactivo se não houver um veículo de orientação comunicacional (cf. Rico, 1985: 36), que encaminhe os intervenientes numa sintonia de pensamentos e sentimentos, para que se percebam uns dos outros. Qualquer pensamento exige uma linguagem, qualquer linguagem implica um código. O código linguístico convencional pressupõe uma aprendizagem. Foi por esta razão que os primeiros europeus a chegarem a África tiveram de preparar uma minoria para se habilitar a aprender a língua em que se queria comunicar ou, ao menos, em que se encontrava facilidade de uma intercomunicação. Daí nasceram as pequenas “parcerias” entre africanos e europeus. No caso de Portugal, o envio de angolanos para Lisboa a fim de aprender a cultura e a língua, para viabilizar a comunicação, era constante (Bonvini, 1996: 132). Por isso, podemos dizer que as relações e os interesses comerciais entre europeus e africanos acelerou o processo de assimilação de muitos africanos que acabariam por prestar um grande auxílio na comunicação dos europeus com os outros africanos que nunca tinham aprendido as línguas europeias. Esta foi a primeira etapa da expansão do português pela África. O estudo de Chavagne (2005: 20-21) apresenta a difusão do português em Angola em três períodos consecutivos: o primeiro período que vai do século XV-XIX: a fase da expansão marítima e comercial; o segundo período que vai do século XIX até 1974: a fase da exploração e colonização; o terceiro período que vai de 1975 até aos nossos dias: período da independência angolana.

Do ponto de vista sociopolítico, estes períodos marcam um desenrolamento de grandes acontecimentos, carregados e marcados com selos de mutações sociais, politico-ideológicas, económicas, religiosas e culturais. Marcam, ao mesmo tempo, o desenvolvimento de relações

de todo o tipo. Em Angola, o contacto com os portugueses implicava o acolhimento destes e a mudança para a religião cristã. Estas eram condições indispensáveis para a realização dos ideais bilaterais. Um factor muito importante e determinante neste período foi a entrada de missionários cristãos em Angola. Estes iriam minimizar o transporte de angolanos para Lisboa para aprender a língua, pois eles mesmos quiseram dedicar-se à educação do homem angolano, ensinando-lhe, antes de tudo, a língua portuguesa. Esta missão dos missionários teve um grande impacto e uma grande fecundidade em termos de cultura educativa. Com os missionários chegaram também os primeiros comerciantes, cortesãos, guarnições militares, professores e vários funcionários portugueses. Foi nesta fase em que a língua portuguesa entra em contacto com o kimbundu e o kikongo (Chavagne, 2005: 21). Segundo Vansina (2001: 270), Inverno (2009: 2) e Filusová (2012:), o período que compreende os anos de 1575 a 1845 é predominado, em termos linguísticos, pelo kimbundu. Esta predominância do kimbundu, em relação ao português, está relacionada, de acordo com algumas opiniões, com o facto de que até àquela altura havia em Angola um número reduzido de portugueses (Inverno, 2009: 2; Filusová, 2012: 11). De facto, Inverno (2009: 2) mostra quão é generalizada esta ideia. Quanto à esta situação, Vansina (2001) fez um estudo de diversos documentos de carácter histórico, referentes ao contexto sociolinguístico que se presenciava no território angolano, no período que compreende os anos de 1575 a 1845.

De acordo com alguns estudos, o período compreendido entre os anos de 1620 e 1750 foi caracterizado pelo fortalecimento da língua kimbundu em Angola, enquanto língua mais falada e mais usada nos lares de Luanda e no quotidiano da vida da cidade. Esta ascensão do kimbundu, como língua de Luanda e da cidade, tem como factor impulsionador o estabelecimento de uma elite afro-portuguesa, que teria ocupado os principais postos de administração pública nas centralidades urbanas e que agia como capturadora de escravos, protectora das rotas comerciais e mantedora da paz (Inverno, 2009: 2; Venâncio, 1996: 51). Vansina (2001: 273) ainda considera que, embora esta elite tivesse um bom conhecimento do português, era falante nativa de kimbundu ou de kikongo, o que terá resultado na formação de um dialecto de kimbundu muito influenciado pelo kikongo. Estas eram as duas línguas mais faladas nas áreas controladas pelos portugueses, mas não estiveram na base da formação de uma variedade urbana do português, embora esta variedade estivesse altamente influenciada por elas (Inverno, 2009: 2).

Se no norte a situação linguística era dominada pelo kimbundu, «no interior dos territórios controlados pelos portugueses, o português era usado como língua franca entre chefes e comerciantes, mas a maioria da população falava kimbundu, especialmente após a queda do Reino do Congo. Na verdade, os escravos exportados a partir de Luanda, independentemente das suas origens, aprendiam algum kimbundu e eram batizados nesta língua, antes de serem embarcados» (Inverno, 2009: 2; Vansina, 2001: 273-274). Convém sublinhar que, nos anos que vão de 1750 a 1822, os portugueses tiveram necessidade de fazer uma inovação nas políticas culturais e linguísticas. A convivência do português com as outras línguas e, sobretudo, a relação com as pequenas elites que se formaram, não era das melhores. Assim, os portugueses tiveram, neste período, de procurar «impedir a crescente africanização, cultural e linguística, da elite afro-portuguesa em Angola, nomeadamente através do decreto de 1765 do governador Francisco Innocencio da Sousa Coutinho, que desencorajava o uso de línguas africanas⁶ no ensino dos filhos dessa elite» (Vansina, 2001: 274-275). Esta situação dimanada do novo contexto social - e talvez político -, segundo Inverno (2009: 2), «manteve-se inalterada até meados do século XIX», pois «os testemunhos existentes na literatura relativamente ao português falado em Angola nesta época apontam para a utilização de variedades reestruturadas do mesmo entre as camadas mais pobres das cidades costeiras e arredores». Atravessado este período de mais um século, a situação estaria revertida somente «a partir do início do século XX, mais especificamente a partir de meados do século, o português se tornou gradualmente a língua mais falada nas áreas urbanas de Angola. Este facto ficou a dever-se essencialmente ao aumento do número de colonos portugueses, tanto homens como mulheres, a maioria dos quais preferia fixar-se nos centros urbanos costeiros em detrimento das zonas do interior» (Inverno, 2009: 3). Deste modo resulta, segundo Inverno, que «efectivamente, apenas na década de 50 do século XX se reuniram as condições para a generalização do português a todo o território angolano, pois só então a maioria da população precisou efectivamente de dominar esta língua» (ibid.). Contudo, a mudança da situação foi, certamente, fruto de muitos factores e condicionalismos conjugados, que contribuíram para que o estabelecimento da língua portuguesa fosse, neste período, um facto. Pelo que parece e, de acordo com a perspectiva de Inverno, a expansão e ascensão do

⁶ A este respeito se referiu Agualusa, numa das suas entrevistas, lamentando este procedimento. Refere ele que «infelizmente, a afirmação da língua portuguesa fez-se em larga medida, à custa dos idiomas nacionais, em particular do quimbundo, gerando ou arriscando-se a gerar movimentos de resistência e alimentando conflitos» (José Eduardo Agualusa 2004/ 2005, «A Língua Portuguesa em Angola – língua materna *versus* língua madrasta. Uma proposta de paz» (Entrevista). In *Imaginário*, nº 10, Ano X).

português em todo o território nacional angolano encontra a sua explicação em dois factores fundamentais: o primeiro tem a ver com o factor social da época e o segundo está directamente relacionado com a situação política da altura. Inverno (2009) apresenta estes factores da seguinte forma: «por um lado, durante o Estado Novo (1928-1974), para serem reconhecidos como assimilados, os angolanos tinham de demonstrar saber ler, escrever e falar fluentemente em português, bem como vestirem e professarem a mesma religião que os portugueses e manterem os padrões de vida e costumes semelhantes aos europeus. O domínio de uma variedade reestruturada do português não os tornaria, portanto, elegíveis. Era obrigatório dominar o português europeu, ainda que o acesso à educação fosse praticamente vedado à generalidade dos angolanos. Por outro lado, na década de 60, em resposta à influência crescente dos movimentos nacionalistas em Angola, Portugal investiu imenso na intensificação da sua presença no interior, nomeadamente através do fomento da criação de grandes colonatos agrícolas. Finalmente, durante a década de 70, o exército português agrupou grande parte no interior, especialmente no Leste, em *aldeamentos*⁷». Apesar destas políticas do governo português, pelo que tudo indica, a expansão do português (para o interior e para o leste), ainda que tivesse havido motivações para o contacto frequente com ele e especialmente para o aprender, não se fez sem grandes políticas de actuação. O resultado das políticas aplicadas no âmbito da organização do serviço à expansão do português parece não ter sido proporcional às expectativas que se tinham, face ao grande investimento realizado neste domínio. Quer dizer, mesmo assim, o acesso ao português foi sempre limitado, o que resultou no início de uma mudança imperfeita da língua (Inverno, 2009: 4), aspecto que retomarei mais adiante.

A questão do estabelecimento gradual do português em Angola, sejam quais forem os seus motivos, incluindo aqueles que aqui já se referiram, evoca o problema levantado por Firmino (2005), em *A «Questão linguística» na África pós-colonial* sobre a identidade do português, antes língua do colonizador e nos novos tempos língua oficial dos países colonizados. Ao mesmo tempo, passa pelo *status* do português numa conjuntura constituída por um conjunto das línguas nacionais. Por mais simples que pareça, o desbloqueio destas situações não é de leve exequibilidade. Ponso (2010: 151) transmite a mesma ideia quando sublinha que «historicamente, nos países africanos colonizados por Portugal, o português foi a

⁷ Aldeamentos - «vastas aldeias organizadas pelos militares, muitas vezes rodeadas de arame farpado, onde se agrupavam africanos anteriormente dispersos» (Bender 2004: 264-265, *apud* Inverno, 2009: 4).

língua de subjugação cultural de dezenas de línguas faladas pelos povos nativos⁸. Porém, a partir dos movimentos de libertação das colónias e da consequente formação de países independentes, a situação do português na África ter-se-ia tornado paradoxal, uma vez que a língua teria passado a ser uma opção política de luta pela sobrevivência dos países independentes, de comunicação com o exterior, de confronto com as línguas dos países limítrofes, de unificação política»⁹. De facto esta ideia, já não é nova, já vem partilhada por muitos autores antes de Ponso (confira-se, por exemplo, Cãnedo 1989; Firmino 2005; Mateus 2008). Portanto, o que aconteceu à maioria dos países colonizados na época pós-colonial foi exactamente o que ficou apontado por Firmino (2005). Este sublinha que um dos grandes problemas que os países ex-colónias africanas enfrentam na actualidade, desde as suas independências, é a questão da escolha da língua, ou seja, escolher entre as línguas autóctones e uma língua ex-colonial. Segundo Firmino (2005: 44), a assumpção de uma língua ex-colonial, ou LWC (*Language of Wider Communication*), tem vindo a ser justificada na base de que ela é vital para o funcionamento das instituições sociais, económicas e políticas do novo Estado. E ainda mais, que uma LWC facilita a inevitável integração do país dos diferentes grupos no sistema nacional, no qual uma língua autóctone iria supostamente ter um efeito disruptivo e, ao mesmo tempo, favorecer a integração no sistema internacional. É no âmbito deste dilema em que os países colonizados se encontram sem grandes possibilidades – pelo menos a curto prazo – de contornos da situação.

2.1.4 Uma pequena geografia das línguas autóctones em Angola

A problemática da escolha de uma língua, no âmbito do dilema que confrange os povos de muitos países colonizados, que Firmino (2005) alude, agrava-se mais ainda se se considerar a grande diversidade linguística destes países. O multilinguismo faz viver um ambiente de confronto quando as línguas autóctones se cruzam com o português. Uma vez

⁸ Irene Marques (1983: 205-223), no seu artigo Algumas considerações sobre a problemática linguística em Angola, já o tinha referido, quando apresentou o quadro geral da situação do português em Angola, as implicações da sua presença junto das línguas nacionais e as dificuldades que se levantam a seu respeito, quer a nível dos falantes aprendentes, quer em relação aos professores que o ensinam aos alunos que o aprendem como L2.

⁹ Mariani (2007), na mesma linha, sublinha com muita clareza que «a historização da língua portuguesa, nesse momento em que a luta pela colonização se inicia, ganha um outro contorno: à imagem de língua do colonizador agrega-se a imagem da língua pela independência. Ou seja: dois sentidos para língua portuguesa entram em circulação: de um lado, mantém-se a memória do colonizador como língua da opressão, de outro, o acontecimento (futuro) da revolução aponta para uma língua de revolução, que não se realiza sem as línguas da terra».

que Angola é, realmente, um espaço de claro multilinguismo, apresento, sucintamente, o quadro linguístico angolano das línguas com que o português convive. Contudo, convém considerar a distinção que os estudiosos têm vindo a fazer, ao estudarem o fenómeno do multilinguismo africano. Como se sabe, o maior estudo sobre as línguas bantu, ou seja, sobre o grupo etnolinguístico do sul de África, foi feito pelo linguista Malcom Guthrie¹⁰, cujo compêndio se encontra registado em quatro volumes, distribuídos cronologicamente, desde o ano de 1967 a 1971. Com estes estudos deu-se mais um passo na compreensão da especificidade das línguas africanas e da sua divisão. Na actualidade, sabe-se que a África comporta dois grandes grupos linguísticos: as línguas não bantu e as línguas bantu. Angola é uma destas realidades que demonstram esta classificação linguística.

2.1.4.1 Línguas não bantu

Segundo Ponso (2010: 154), muitas investigações arqueológicas relativas às línguas africanas mostram que o espaço territorial angolano teve o processo de povoamento que data de pelo menos 12.000 anos. E que os primeiros povos a habitá-lo teriam sido os Khoisan e os Vátwa. Os primeiros, remanescentes das populações mais remotas das savanas do extremo sul do continente, hoje constituem uma população de mais de 50.000 pessoas, das quais 8.000 estão em Angola. Das línguas dos Khoisan fazem parte o kamusekele, o kazama, o kede, o kuissi e o kwepe e têm como “habitat”, as províncias de Kwandu-Kubangu e Cunene.

2.1.4.2 Línguas bantu

De acordo com os dados do Ethnologue (2009: 50), em Angola, as línguas bantu são em número de 41. Esta questão tem-se mostrado bastante instável, uma vez que os dados disponíveis não são unânimes quanto aos números. Contudo, há várias referências que apontam para o número 41, entre elas, Kukanda (2000). Ponso (2010: 154), baseando-se no estudo de Kukanda (2000: 112), divide as línguas bantu angolanas nos seguintes grupos:

a) kikongo: ocupa principalmente as províncias de Cabinda, Zaire, Uíge e Bengo e apresenta catorze variantes; b) kimbundo: falado nas províncias de Malange, Kwanza-Norte, Luanda, Bengo e Kwanza-Sul; c) umbundo: a sua área estende-se às províncias de Bié, Huambo,

¹⁰ O estudo encontra-se em Malcolm GUTHRIE (1967-1971).

Kwanza-Sul e Benguela, apresentando quinze variantes; d) tchokwe: ocupa as províncias de Kwanza-Norte, Kwanza-Sul, Moxico, Cuando-Cubango, apresentando sete variantes; e) nganguela: falado nas províncias de Bié, Moxico, Cuando-Cubango e Huíla, tem vinte e duas variantes; f) nyaneke-humbi: falada em toda a província da Huila e parte do Cunene, tem onze variantes; g) ambo: falado no Namibe e no Cunene apresenta seis variantes; h) herero: falado no Namibe e no Cunene, com seis variantes, e, finalmente; i) oxindonga: está presente no Cuando-Cubango, com seis variantes.

2.1.5 O *status* do Português em Angola

Como já ficou referido, o processamento da expansão da língua portuguesa, quer nos anos dos Descobrimentos, quer depois da independência de Angola a 11 de Novembro de 1975, nunca foi pacífico. Vários factores condicionaram-no. Todavia, apesar destas dificuldades, a Angola pós-colonial não hesitou em tornar o português como língua da nação angolana. De facto, no seu art.º 19, nº1/ 2010 da Lei Constitucional da Assembleia Constituinte da Constituição da República de Angola, está claramente exposto: «a língua oficial de Angola é o português»¹¹. Esta declaração oficial, que já vem desde as outras Legislaturas anteriores, confere ao português um *status* especial e de protecção. Ele é, em Angola, a língua do Estado e da nação angolana. Aludindo a esta realidade linguística que, mais do que isso, envolve a sociedade angolana em todos os seus domínios com todas as problemáticas que disso dimanam, Ponso (2010: 156) sublinha que «assim, o português tornou-se a língua oficial de Angola, exercendo o papel de língua de unidade nacional, e os cidadãos a consideram a língua de prestígio, de mobilidade social e económica e, por conseguinte, de poder». Em todos os países africanos colonizados vive-se esta complexa situação. Contudo, tal como o referimos anteriormente, lembramos aqui que, apesar de o português estar consagrado como língua oficial da República de Angola, ele não é ainda uma língua de todas as camadas sociais, mas quando se fala em português angolano, fala-se «não da língua de todo um país, mas de uma língua falada por classes sociais específicas (i. é., elites instruídas e camadas jovens), em regiões geográficas determinadas (i. é., centros

¹¹ Disponível em http://www.governo.gov.ao/Arquivos/Constituicao_da_Republica_de_Angola.pdf. Acesso: 15.02.2014.

urbanos costeiros)¹², numa situação nítida de diglossia» (Inverno, 2004; Ponso, 2010: 156-157). Esta é, na verdade, o desafio que o português enfrenta na Angola contemporânea. Apesar destas dificuldades e da problemática que os desafios da convivência do português com as outras línguas autóctones levantam, isto parece favorecer o nascimento de uma variedade propriamente angolana do português. No entanto, pela dimensão transcontinental e pela heterogeneidade na constituição de diferentes identidades linguísticas nos países em que é falado, cada variedade nacional do português é única e apresenta características muito peculiares (Ponso, 2010: 55).

Como referi anteriormente, Inverno (2009) olhando para a actual situação linguística em Angola, especialmente do português, chama a este contexto o “início de uma mudança imperfeita da língua”. Esta maneira de dizer e de designar a realidade linguística que se vive em Angola chama a atenção para aquilo que muitos linguistas que estudam a situação linguística angolana apontam, embora não esteja ainda suficientemente claro, por falta de estudos que descrevam/confirmem estas mudanças. Já Mingas (1998: 115) tinha chamado atenção para esta realidade, quando dizia haver «uma nova realidade linguística em Angola, a que chamamos ‘português de Angola’ ou ‘angolano’, à semelhança do que aconteceu ao brasileiro ou ao crioulo. Embora em estado embrionário, o ‘angolano’ apresenta já especificidades próprias [...]. Pensamos que, no nosso país, o ‘português de Angola’ sobrepor-se-á ao português padrão como língua segunda dos angolanos». Ponso (2010: 155) parece olhar para a realidade angolana com a mesma visão, quando sublinha que «nestes últimos cinquenta anos, a literatura em língua portuguesa produzida em Angola cedeu um espaço a vozes e demandas que durante o longo processo de colonização estiveram silenciadas ou abafadas pelo jugo colonial. Ela trouxe à tona um português enriquecido pelos sotaques e falares do povo, um português mesclado às línguas de tradição cultural, através da voz manifesta dos personagens que retratam a vida das camadas populares dos musseques, os sonhos de liberdade dos guerrilheiros, as frustrações dos ideais e das utopias, a luta dos intelectuais angolanos por, libertos da metrópole, tornarem-se sujeitos da sua própria história». Para legitimar esta tese, Inverno (2009: 4) corrobora o argumento segundo o qual a estrutura sincrónica do PVA (Português Vernáculo de Angola) resulta de um processo de mudança da língua.

¹² Apesar disso, esta tese, na actualidade, já não é tão sustentável. É verdade que existe ainda algum défice na população, em relação ao uso do português, porém, ele não se restringe somente às zonas costeiras, nem somente às zonas urbanas. O seu perímetro é já muito mais vasto do que antes.

A questão que coloco, tendo em conta a nova situação da Angola pós-colonial e contemporânea, é se será possível entrever ou identificar o que os linguistas defendem como sendo a existência (Inverno 2004) ou a génese (Mingas 1998; Ponso 2010) duma tal variedade denominada PVA¹³ (Inverno, 2004).

¹³ Várias designações têm sido dadas para referir uma nova realidade ainda não muito compreendida. Uns designaram-na, no século XIX, por Mestiço de Luanda (Schuchardt 1888: 249), no século XX, por Pequeno Português (Valdman 1978: 22), no século XXI, por Português vernacularizado (Fernandes et al. 2002: 19). Segundo Nzau (2013: 162), existe uma tendência de a crítica as designar, genericamente, por “português do musseque”. Ora, a realidade actual demonstra que o ‘linguajar’ em causa está longe de ser uma exclusividade dos musseques (bairros suburbanos, normalmente desfavorecidos), acentuando, deste modo, o debate em torno do assunto. O conjunto destas designações é, amiúde, denominada por “variedades reestruturadas do português” (Ibid.)

Capítulo III: Constituição e características dos *corpora*

As últimas décadas da história do nosso mundo estão potencialmente marcadas por uma viragem que revolucionou as próprias comunidades humanas, de modo que, se de um lado são o sujeito de tal engenhoso pensamento susceptível de grande criatividade, quer na arena social quer na tecnológica, enquanto seu responsável, por outro, elas são o objecto da finalidade ou das consequências das suas invenções. Assim, a nossa Era é uma época fundamentalmente tecnológica. A revolução informática permite hoje grandes feitos. Destes desafios da informática, a Linguística não escapa. Aliás, graças a eles, a Linguística, nos nossos dias, atingiu um grande desenvolvimento. A informática permitiu-lhe fazer grandes progressos pois tornou possível a afinação dos seus métodos de pesquisa que viabilizam consideravelmente o trabalho de qualquer linguista. O uso da informática garantiu-nos o acesso, não só rápido, mas sobretudo mais eficiente, a uma amplitude de possibilidades quer metodológicas quer heurísticas. Foi a oferta destas possibilidades que me tornou possível expor-me ao desafio de constituição de *corpora*, para o seu estudo científico, através da análise das suas componentes constitutivas, encontrando métodos apropriados da Linguística para garantir ao trabalho de investigação a susceptibilidade da sua exequibilidade. A seguir apresentarei uma breve explicação da constituição dos *corpora*, de onde extraí os exemplos para análise, e da utilização dos métodos que a ela conduziram.

3.1 Fontes para o trabalho

Embora haja outros modos de se fazerem estudos a partir de *corpora*, no meu caso, foi importante todo o processo que conduziu à constituição dos *corpora*, recorrendo a jornais actuais e de grande circulação, considerando que eles poderão ser um instrumento valioso para uma reflexão sobre algumas especificidades de uma língua. Na medida em que eles são também o produto da cultura, da história, da técnica e da ciência do seu tempo, estas publicações jornalísticas de larga escala poderão ser o reflexo vivo da situação linguística dos falantes de uma comunidade linguística em que são escritos ou a que são destinados.

Deste modo, como fontes para os *corpora*, foram tomados alguns jornais e dentro dos jornais escolheram-se os jornais semanários. Escolhi seis jornais semanários, dos quais, 3

(três) jornais semanários portugueses: o jornal semanário *Expresso*, o jornal semanário *Sol* e o jornal semanário *Vida Económica*; e 3 (três) semanários angolanos: o jornal *Semanário Angolense*, o jornal semanário *Folha 8* e o jornal semanário *O País*. O critério da escolha destes jornais baseou-se na verificação, primeiro, do grau de competência profissional dos seus intervenientes, do cumprimento do rigor, quer deontológico, quer profissional, da qualidade dos semanários que vêm ao público, não tanto da qualidade dos conteúdos neles reportados nem dos seus assuntos, visto que não é esta a nossa tarefa nem é o nosso objectivo, mas de uma qualidade desenhada do ponto de vista da expressão linguística, isto é, do nível do conhecimento da língua dos seus columnistas e, finalmente, da sua credibilidade na ágora da sociedade. Os semanários analisados, obedeceram a um critério de selecção cronológico. Assim, foram selectos os semanários publicados nas semanas entre quatro a dezoito de Outubro de 2013. Isto diz-se quer dos jornais semanários angolanos quer dos jornais semanários portugueses. Assim, procedemos por razões de uniformidade e sobretudo para que a escolha não se afigurasse aleatória, mas que encerrasse um espaço de tempo preciso, que melhor fizesse transparecer a dimensão sincrónica dos jornais, dadas as temáticas e os acontecimentos que se veicularam naqueles catorze ou quinze dias.

Um dos meus objectivos foi o de constituir *corpora* que incluíssem um conjunto de verbos formados pelos processos morfológicos de derivação sufixal, em primeiro lugar, sobretudo os verbos complexos formados no português de Portugal e de Angola cujo sufixo verbal é *-izar* e *-ificar*, sem prescindir dos verbos complexos em *-ar*, e, em segundo lugar, pelo processo de derivação prefixal, visando, deste modo, abarcar no seu todo o processo da verbalização.

Foi uma exigência imprescindível fazer um percurso por todos os semanários, a fim de se recolher todos os verbos cujos sufixos formacionais faziam parte do elenco programático da nossa proposta. Assim, depois da leitura e recolha do material, procedi ao agrupamento dos verbos. Primeiramente, agrupei os verbos simples terminados em *-ar*, para, em seguida, agrupar todos os verbos encontrados nas fontes terminados em *-izar* e em *-ificar*. Contudo, prevendo encontrar nas fontes verbos que sem serem formados apenas por um só processo morfológico, neste caso o da derivação sufixal, mas que integram na sua formação, outros processos morfológicos de Formação de Palavras, não deixei de parte, ao longo da recolha, os verbos formados por um prefixo e um verbo complexo que funcionam como base, como por exemplo *des-* + *-diabolizar*, que não poderiam integrar o grupo dos verbos complexos

sufixados, mas embora terminando em *-izar* ou em *-ificar*, exigem ser incorporados num outro grupo de verbos.

Por conseguinte, foram três os grupos de verbos recolhidos: o dos verbos complexos, formados pela sufixação derivacional (*-ar*, *-izar* e *-ificar*) e os verbos mais complexos ainda, formados por dois processos morfológicos, a sufixação e a prefixação. No entanto, quero tornar claro que este último grupo de verbos não será analisado no seu duplo processo formacional, uma vez que só se considerará o prefixo que se associou à forma verbal complexa. Para esta análise, recolhi um número mais ou menos considerável e razoavelmente significativo de verbos. A recolha total dos verbos nos jornais semanários portugueses foi de 756 verbos, dos quais 104 verbos formados por sufixação em *-izar*, 17 verbos formados por sufixação em *-ificar* e, finalmente 55 verbos formados por prefixação, os restantes verbos são em *-ar* que totalizam 580 verbos; a totalidade da recolha nos jornais semanários angolanos foi de 782 verbos dos quais 51 verbos formados pelo processo morfológico de sufixação em *-izar*, 23 verbos sufixados em *-ificar* e, por fim, 34 verbos formados, não pelo processo morfológico de sufixação, mas por prefixação. Neste trabalho não se analisam os verbos que, embora pareçam complexos, não foram formados em português. Consideramos somente os verbos complexos formados no PE no PA. A totalidade dos verbos complexos em *-ar* recolhidos nos jornais semanários angolanos faz uma soma de 674 verbos. O número total dos verbos seleccionados e reunidos em dois *corpora*, a partir dos seis semanários angolanos e portugueses, é, assim, de 1538.

Preside-me a consciência da insuficiência do material reunido. Não considero os *corpora* por mim constituídos como sendo um trabalho exaustivo, aliás, longe disso, reconheço que a amplitude do léxico da Língua Portuguesa não me autoriza tal pensamento. Ou seja, a complexidade lexicogenética do português não me permite apontar os pequenos *corpora* constituídos como suficientes para uma abordagem mais abrangente da temática que se desenvolve neste trabalho. Todavia, julgo que a ciência é feita de pequenos contributos. Por isso, julgo que o material-fonte utilizado para o trabalho, os jornais, podem dar uma imagem mais ou menos razoável das possibilidades sincrónicas que potencialmente estejam a ocorrer na língua no campo da Formação de Palavras.

A constituição dos *corpora* fez-me tomar uma consciência nova depreendida da compreensão de que, embora haja tantos estudos sobre o português da «zona lusófona», os

estudos do PA não só são escassos, como também os que existem estão a navegar na barca da dificuldade de possibilidades de acesso a mais dados e, por isso, são, por vezes, ainda incipientes. Assim, reafirmo que o trabalho agora começado não pretende ser exaustivo, os *corpora* constituídos não são um retrato exaustivo de toda a realidade da morfologia verbal do PA.

3.2 Tratamento dos *corpora*

Neste ponto, os *corpora* vão ser apresentados numa ordem própria em que no primeiro plano estarão os jornais semanários angolanos designados pela sigla PA, a seguir, apresentar-se-ão os jornais semanários portugueses designados pela sigla PE.

A apresentação destes *corpora* obedece à finalidade da sua constituição: análise dos verbos complexos sufixados e prefixados. Na impossibilidade de analisar detalhadamente a totalidade destes verbos, coloco, por agora, de parte os verbos complexos em *-ar*, embora, naturalmente, não os deixe de considerar nas discussões apresentadas no capítulo seguinte. Deste modo, nos dois *corpora*, o primeiro grupo será composto pelos verbos complexos em *-izar*, o segundo será constituído pelos verbos complexos em *-ificar* e o último será formado pelos verbos complexos prefixados cuja base é já um verbo complexo no português. Em relação à ordem de apresentação, além da ordem alfabética e do sufixo de terminação dos verbos, subdividiram-se os verbos em: verbos sufixados em *-izar* com uma base nominal, verbos sufixados em *-izar* com uma base adjectival e o mesmo se fez com os verbos sufixados em *-ificar*; quanto aos verbos prefixados, fez-se o seu agrupamento de acordo com o prefixo unido à base verbal complexa. E dentro desta divisão dos verbos prefixados, procurou-se ainda agrupar os verbos cuja base verbal complexa está sufixada em *-izar* e *-ificar* ou mesmo em *-ar*. Foram colectados no *corpus* I – PA, 39 (trinta e nove) derivados verbais em *-izar*, dos quais 5 (cinco) denominais e 34 (trinta e quatro) adjectivais, 5 (cinco) derivados verbais em *-ificar* dos quais 3 (três) denominais e 2 (dois) adjectivais e 33 (trinta e três) derivados verbais prefixados dos quais 18 (dezoito) em *des-*, 11 (onze) em *re-*, 1 (um) em *in-* (*i-*), 1 (um) em *sub-*, 1 (um) em *trans-* e 1 (um) em *ultra-*, os quais se seguem alistados.

3.2.1 Corpus I: PA

3.2.1.1 Verbos em – izar

Harmonizar, localizar, monitorizar, rivalizar valorizar; actualizar, agilizar, centralizar, comercializar, concretizar, contabilizar, culpabilizar, dinamizar, disponibilizar, economizar, enfatizar, especializar, exteriorizar, finalizar, fiscalizar, formalizar, humanizar, imunizar, indemnizar, legalizar, marginalizar, minimizar, mobilizar, naturalizar, notabilizar, oficializar, realizar, responsabilizar, sedentarizar, sensibilizar, teatralizar, utilizar, viabilizar, visualizar.

3.2.1.2 Verbos sufixados em - ificar

Acidificar, exemplificar, planificar; intensificar, quantificar.

3.2.1.3 Verbos por prefixação

Desconfiar, desconsiderar, descontaminar, discriminar, desculpar, desdobrar, Desencadear, desembaraçar, desembarcar, desembocar, desempenhar, desencorajar, desenrolar, desequilibrar, desmotivar, descentralizar, dessalinizar, desvalorizar, imobilizar, requalificar, reafirmar, reaproximar, recomeçar, reconquistar, relemburar, ressalvar, retornar, retratar, revalidar, revigorar, subestimar, transbordar, ultrapassar.

3.2.2 Corpus II: PE

Foram colectados neste *corpus* 65 (sessenta e cinco) derivados verbais em –izar, dos quais 10 (dez) denominais e 55 (cinquenta e cinco) adjectivais, 6 (seis) derivados verbais em –ificar, dos quais 2 (dois) denominais e 4 (quatro) adjectivais e 52 (cinquenta e dois) derivados verbais prefixados, dos quais 1 (um) em *a-*, 1(um) em *co-*, 1 (um) em *inter-*, 20 (vinte) em *des-*, 3 (três) em *in-* (*im-*, *i-*) e 26 (vinte seis) em *re-*, os quais se alistam em seguida.

3.2.2.1 Verbos em – izar

Canalizar, capitalizar, harmonizar, ironizar, localizar, monitorizar, padronizar, sinalizar, valorizar, vitimizar; agilizar, amenizar, amimetizar, actualizar, automatizar, centralizar,

comercializar, concretizar, contabilizar, dinamizar, disponibilizar, enfatizar, fidelizar, finalizar, fiscalizar, flexibilizar, focalizar, formalizar, fragilizar, impermeabilizar, industrializar, institucionalizar, legalizar, marginalizar, materializar, maximizar, minimizar, mobilizar, modernizar, naturalizar, normalizar, notabilizar, ocidentalizar, oficializar, otimizar, polarizar, privatizar, profissionalizar, protagonizar, racionalizar, radicalizar, realizar, regularizar, rentabilizar, sacralizar, totalizar, tranquilizar, uniformizar, urbanizar, utilizar, verticalizar, viabilizar, virtualizar, visualizar, vulgarizar.

3.2.2.2 Verbos em – ificar

Exemplificar, planificar; intensificar, quantificar, rigidificar, simplificar.

3.2.2.3 Verbos prefixados

Amortizar, co-financiar; descaracterizar, descolonizar, desdiabolizar, desdramatizar, desjudicializar, deslocalizar, desvalorizar; desabafar, desaconselhar, desafiar, desagradar, descolar, desconfiar, descurar, desempenhar, desesperar, desfiar, desgovernar, desmontar, desvirtuar; impermeabilizar, inutilizar; impossibilitar, internacionalizar, reindustrializar, renacionalizar, reorganizar, remobilizar, revitalizar; reafirmar, reanimar, reavaliar, recambiar, recandidatar, recomeçar, recomprar, reconquistar, reembolsar, reequacionar, reequilibrar, reestruturar, reforçar, reformular, lembrar, remodelar, ressalvar, retirar, retomar, retornar, retratar.

Capítulo IV: Estudo comparativo entre o PA e o PE: a verbalização

No primeiro capítulo, debruçei-me sobre a Formação de Palavras, sobretudo os processos mais comuns da derivação prefixal e sufixal e da composição. Neste capítulo, porém, tenho como objectivo centrar-me na temática de um dos processos de formação de palavras que evidencia sempre um verbo como resultado final de todo o seu processo derivacional a partir de um nome, de um adjectivo ou de um outro verbo. Trata-se da verbalização. E depois de ter apresentado, no capítulo anterior, a lista completa dos verbos colectados para análise, isto é, aqueles verbos que, através de instrumentos apropriados utilizados, manifestaram-se terem sido formados, não em latim ou tomados de empréstimo, mas em português, entro na temática própria da verbalização que é, na prática, o centro do meu trabalho.

Se é um dado mais ou menos consensual que para a maioria dos gramáticos históricos, desde Diez ([1836 1844] 1973) até Said Ali ([1931] 1964), o português, para a formação de verbos, serve-se de dois processos, a formação *imediata* e a *mediata*, preferindo outros designar ainda estes dois tipos de processos por formação simples e complexa, como por exemplo, Pereira ([1916] 1935), como está observado por Caetano (2013: 107), o mesmo já não se pode dizer facilmente do das configurações dos sufixos verbalizadores que se unem às bases nominais, adjectivais ou verbais que ocorrem nos dois tipos de derivação. Frente a esta problemática, surgiram, efectivamente, várias propostas e sugestões que passo a apresentar, evidenciando alguns aspectos mais divergentes entre os morfólogos. Todavia, antes de partir para esta discussão, apresento os quadros da análise mórfica para, em seguida, descrever os processos neles decorrentes.

4.1 Nota introdutória aos quadros analíticos dos *corpora*

O alcance da meta neste trabalho de pesquisa passa impreterivelmente pela adopção de métodos e, assim, sobretudo para a decomposição dos verbos, nos seus elementos constituintes, adoptei o método analítico, procurando fazer uma leitura microscópica dos exemplos que fazem parte dos *corpora* constituídos. O agrupamento dos verbos serviu para a tomada de consciência do material colectado e da sua diversidade, em termos de pertença a este ou aquele grupo; a análise decorrente do método serve para identificar o âmbito ou o contexto da Formação das Palavras.

Foi no decorrer da análise que fui percebendo que certos verbos apresentam estruturas e significados não tão lineares devido ao seu contexto de formação (por exemplo, ser um verbo formado em português, ou formado em latim, ou noutra língua), ou que, por vezes, tal complexidade de um verbo é decorrente da complexidade dos processos morfológicos que concorreram para a sua formação dentro do próprio sistema linguístico do português.

A minha análise obedeceu a um critério traduzido no agrupamento dos verbos, não somente do ponto de vista da sua especificidade, mas também tendo em linha de consideração a categoria morfossintáctica das formas de base. Deste modo, agrupei os verbos em: verbos com bases nominais, por exemplo, *exempl-* + *-ificar* e verbos com base adjectival, por exemplo, *plan-* + *-ificar* e, por fim, os verbos complexos formados por prefixos.

Para a análise dos elementos mórficos constitutivos, servi-me de alguns instrumentos que pudessem viabilizar o trabalho. Deste modo, utilizei como instrumentos de base, o *Dicionário da Academia das Ciências de Lisboa* 2001 e o *Dicionário Electrónico Houaiss* 2009. Capitalizou a minha escolha em relação a estes dicionários, a qualidade e a conceitualidade dos seus autores e colaboradores, cuja competência científico-linguística é internacionalmente reconhecida. Por outro lado, estes dicionários são usados largamente pela comunidade académica e também por outras comunidades científicas. Tudo isto eleva o seu nível de aceitabilidade, usabilidade e utilidade junto dos grupos académicos e de grupos de investigadores. Portanto, embora venha a usar outros dicionários, o grau de cientificidade destes dois aconselhou-me a pensar que eles me poderão dar, sem equívocos, os resultados que desejo atingir: orientar a minha “análise laboratorial dos verbos” para a verificação de semelhanças ou dissemelhanças entre o PA e o PE.

4.1.1 *Corpus I: PA*

4.1.1.1 Verbos em *-izar*


4.1.1.1.1 Com bases nominais

RadN+ *-izar*  V

Base	Derivado
econom-	economizar
harmon-	harmonizar
monitor -	monitorizar
local-	localizar

rival-	rivalizar
valor-	valorizar

4.1.1.1.2 Com bases adjetivais

RadAdj + *-izar*  V

Base	Derivado
actual-	atualizar
ágil-	agilizar
central-	centralizar
comercial-	comercializar
concret-	concretizar
contável-	contabilizar
culpável-	culpabilizar
dinam- (ico)	dinamizar
disponível-	disponibilizar
ênfat- (ico)	ênfatizar
especial-	especializar
exterior-	exteriorizar
final-	finalizar
fiscal-	fiscalizar
formal-	formalizar
human-	humanizar
imun -	imunizar
indemn-	indemnizar
legal-	legalizar
marginal-	marginalizar
minim-	minimizar
natural-	naturalizar
notável-	notabilizar
oficial-	oficializar
real-	realizar
responsável-	responsabilizar
sedentar-	sedentarizar
sensível-	sensibilizar
teatral-	teatralizar
útil-	utilizar
viável-	viabilizar
visual-	visualizar


4.1.1.2 Verbos em – *ificar*

4.1.1.2.1 Com bases nominais

RadN + *-ificar*  V

acid-	acidificar
exempl-	exemplificar

4.1.1.2.2 Com bases adjectivais

RadAdj. + *-ificar*  V

intens-	intensificar
plan-	planificar
quant-	quantificar

4.1.1.3 Verbos formados pelo processo morfológico de prefixação

Prefixo + base (verbal)

des- + - centralizar	descentralizar
des- + - confiar	desconfiar
des- + - considerar	desconsiderar
des- + - contaminar	descontaminar
des- + - criminar	discriminar
des- + - culpar	desculpar
des- + - dobrar	desdobrar
des- + - embaraçar	desembaraçar
des- + - embarcar	desembarcar
des- + - embocar	desembocar
des- + - empenhar	desempenhar
des- + - encadear	desencadear
des- + - salinizar	dessalinizar
des- + - valorizar	desvalorizar
des- + - encorajar	desencorajar
des- + - enrolar	desenrolar
des- + - equilibrar	desequilibrar
des- + - motivar	desmotivar
i- +- mobilizar	imobilizar
re- + - afirmar	reafirmar
re- + - aproximar	reaproximar
re- + - começar	recomeçar
re- + - conquistar	requistar

re- + - lembrar	relembrar
re- + - qualificar	requalificar
re (s) - + - salvar	ressalvar
re- + - tornar	retornar
re- + - tratar	retractar
re- + - validar	revalidar
re- + - vigorar	revigorar
sobre- + - carregar	sobrecarregar
sub- + - estimar	subestimar
trans- + - bordar	transbordar
ultra- + - passar	ultrapassar

4.1.2 *Corpus II: PE*

4.1.2.1 Verbos em *-izar*

4.1.2.1.1 Com bases nominais

RadN+ *-izar*  V

Base	Derivado
automat-	automatizar
canal-	canalizar
capital-	capitalizar
harmon-	harmonizar
iron-	ironizar
local-	localizar
monitor-	monitorizar
padrão(padron-)	padronizar
sacral-	sacralizar
sinal-	sinalizar
valor-	valorizar
vitim-	vitimizar

4.1.2.1.2 Com bases adjetivais


RadAdj+ *-izar*  V

Base	Derivado
ágil-	agilizar
amen-	amenizar
actual-	actualizar
contável-	contabilizar
central-	centralizar
comercial-	comercializar
concret-	concretizar

disponível-	disponibilizar
ênfat- (ico)	ênfatizar
fiel-(fidel-)	fidelizar
final-	finalizar
fiscal-	fiscalizar
flexibil-	flexibilizar
focal-	focalizar
formal-	formalizar
frágil-	fragilizar
impermeável-	impermeabilizar
industrial-	industrializar
institucional-	institucionalizar
legal-	legalizar
marginal-	marginalizar
material-	materializar
maxim-	maximizar
minim-	minimizar
modern-	modernizar
natural-	naturalizar
normal-	normalizar
notável-	notabilizar
ocidental-	ocidentalizar
oficial-	oficializar
optim-	otimizar
polar-	polarizar
polit (ico)-	politizar
profissional-	profissionalizar
racional-	racionalizar
radical-	radicalizar
real-	realizar
regular-	regularizar
rentável-	rentabilizar
total-	totalizar
tranquil-	tranquilizar
uniform-	uniformizar
urban-	urbanizar
útil-	utilizar
vertical-	verticalizar
viável-	viabilizar
virtual-	virtualizar
visual-	visualizar
vulgar-	vulgarizar


4.1.2.2 Verbos em – *ificar*

4.1.2.2.1 Com bases nominais

RadN + - *ificar*  V

Base	Derivado
exempl-	exemplificar

4.1.2.2.2 Com bases adjectivais

RadAdj + - *ificar*  V

Base	Derivado
intens-	intensificar
plan-	planificar
quant-	quantificar
rigid-	rigidificar
simpl-	simplificar

4.1.2.3 Verbos formados pelo processo morfológico de prefixação

Pref + V  V


Os prefixos *a-*, *com-* (*co-*), *des-*, *in-* (*i-*), *inter-*, *re-* e *ultra-*

Pref. + baseV	Derivado
a- + -mort- + -izar ¹⁴	amortizar
co- + -financiar	co-financiar
des- + -abafar	desabafar
des- + -aconselhar	desaconselhar
des- + -afiar	desafiar
des- + -agradar	desagradar
des- + -caracterizar	descaracterizar
des- + -colar	descolar
des- + -confiar	desconfiar
des- + -curar	descurar
des- + -empenhar	desempenhar
des- + -esperar	desesperar
des- + -fiar	desfiar
des- + -gorvenar	desgovernar
des- + -montar	desmontar

¹⁴ Este verbo, apesar de constar no *corpus* do PE, levanta-me algumas dúvidas. O dicionário Houaiss (2009) dá-nos uma etimologia que sugere que o verbo apresenta uma estrutura do tipo: *a-* + *-morte-* + *-izar*, o que deu em *amortizar* (liquidar dívida) como derivado morfológico.

des- + -virtuar	desvirtuar
inter- + -nacionalizar	internacionalizar
re- + -afirmar	reafirmar
re- + -animar	reanimar
re- + -avaliar	reavaliar
re- + -cambiar	recambiar
re- + -candidatar	recandidatar
re- + -começar	recomeçar
re- + -comprar	recomprar
re- + -conquistar	reconquistar
re- + -embolsar	reembolsar
re- + -equacionar	reequacionar
re- + -equilibrar	reequilibrar
re- + -estruturar	reestruturar
re- + -forçar	reforçar
re- + -formular	reformular
re- + -lembrar	relembrar
re- + -modelar	remodelar
re- + -organizar	reorganizar
re- (s) + -salvar	ressalvar
re- + -tirar	retirar
re- + -tomar	retomar
re- + -tornar	retornar
re- + -tratar	retratar
ultra- + -passar	ultrapassar

4.1.2.3.1 Verbos formados pelo processo morfológico de prefixação, a partir de um verbo complexo em *-izar* (verbalização deverbal)

Pref. + V *-izar*  V

des- + -colonizar	descolonizar
des- + -diabolizar	desdiabolizar
des- + -dramatizar	desdramatizar
des- + -valorizar	desvalorizar
des- + -judicializar	desjudicializar
des- + -localizar	deslocalizar
in (im-) + -permeabilizar	impermeabilizar
in (im-) + -possibilitar	impossibilitar
inter- + -nacionalizar	internacionalizar
in- + -utilizar	inutilizar
re- + -vitalizar	revitalizar
re- + -nacionalizar	renacionalizar
re- + -mobilizar	remobilizar
re- + -industrializar	reindustrializar

4.2 Verbalização resultante de um processo de sufixação

O processo morfossintático de verbalização integra os processos de sufixação. Ou seja, a verbalização resulta de uma BaseX à qual se une um sufixoY, para dar origem a um novo verbo na língua. Recupero aqui algumas observações de Vilallva (2008: 125-126), que apresenta alguns pontos em que, apesar de não referir o sufixo verbalizador *-izar*, que é de alta frequência e disponibilidade, parecem-me importantes para se ter uma ideia geral sobre a verbalização, sobretudo quando sublinha especificamente que: «os sufixos de verbalização mais produtivos associam-se, indiferentemente, a radicais adjectivais (cf. *barat-ear*, *solidificar*, *escur-ecer*) e nominais (cf. *guerr-ear*, *frut-ificar*, *favor-ecer*); os sufixos de verbalização que se associam exclusivamente a radicais adjectivais (cf. *facil-itar*) ou a radicais nominais (cf. *alv-ejar*) são, relativamente pouco utilizados; acrescenta-se ainda, que, os sufixos de verbalização deverbal associam-se a um radical verbal (cf. *ferv-*, *escrev-*, *lamb-*, *chup-*, *fal-*,) para formar verbos que têm geralmente um valor frequentativo (cf. *ferv-ilhar*, *escrev-inhar*, *lamb-iscar*, *chup-itar*, *fal-ocar*) e são geralmente pouco produtivos». Dada esta nota introdutória ao processo morfológico da verbalização, passo para o estudo de cada um dos sufixos seleccionados, para o estudo deste processo.

4.2.1 A sufixação verbal em *-ar* e em *-izar*

Relembro que neste trabalho, não analiso os verbos em *-ar*. Todavia, julgo que a minha abordagem sobre os sufixos verbalizadores *-izar* e *-ificar* ficaria incompleta se não fizesse menor menção ao sufixo *-ar* que partilha da mesma problemática com o sufixo *-izar*.

Celso Cunha (1972: 72-73), afirma que «os novos verbos da língua portuguesa formam-se em geral pelo acréscimo da terminação *-ar* a substantivos e adjectivos». O autor considera ainda que a terminação *-ar* é «constituída da vogal temática *-a-*, característica dos verbos da primeira conjugação, e da desinência *-r* do infinitivo impessoal. Por vezes, a vogal temática *-a-* liga-se não ao radical propriamente dito, mas a uma forma dele derivada, ou melhor dizendo, ao radical com a adição de um sufixo» (ibid). Portanto, nesta perspectiva, *-ar*, para Cunha, não é um sufixo. Para a fundamentação da sua tese, o autor apresenta a análise de alguns verbos. Os exemplos tomados são os dos verbos *ancor-ar*, *nivel-ar*, *radiograf-ar*, *telefon-ar*, *(a)doç-ar*, *(a)fin-ar*, *(a)frances-ar* e *(a)português-ar*, para o

primeiro caso em que *-a-* é vogal temática e *-r* desinência; e *afug-ent-ar*, *bord-ej-ar*, *lambisc-ar*, *culp-inh-ar*, *ded-ilh-ar*, *depen-i-c-ar*, *salt-it-ar* e *amen-iz-ar* para o segundo caso em que a vogal temática *-a-* não se liga ao radical propriamente dito, mas a um outro morfema dele derivado. Doze anos depois, Cunha e Cintra defendiam a mesma posição em relação à questão (1984: 73-74). Cristina (2003: 24), observa também que estes «Autores não afirmam que *-ar* constitua um sufixo, deixando bem claro qual o estatuto de cada um dos constituintes». Contudo, em casos como *formar*, temos, segundo alguns autores uma estrutura simples, porque a seguir ao radical ocorrem elementos flexionais (vogal temática e morfema de infinitivo). Mas, como assinala Caetano (2013: 108), se «a vogal temática, tida como elemento flexional, pode participar dos processos de afixação, contribuindo para uma mudança de categoria sintáctica, quando se formam verbos a partir de nomes e de adjectivos? Aceitando que os elementos afixais são morfemas, isto é, formas mínimas reproduzíveis portadoras de significado, poderemos considerar a vogal temática um constituinte de uma estrutura afixal, embora ressalvando que é um elemento semanticamente esvaziado?» Estas questões constituem o ponto de partida de Caetano (2013) e foram também para mim o ponto de referência e de inspiração para a complexa temática da sufixação, mais concretamente da derivação sufixal verbal.

A Gramática histórica, enquanto repositório de um estudo mais voltado para a dimensão diacrónica das línguas, pode ser uma fonte de uma informação que nos permita relacionar o facto linguístico no âmbito da Formação de Palavras, quer no português, quer numa outra língua. Os historiadores da língua têm a preocupação ou o encargo de penetrar na historicidade das palavras, tentando reconstruir a sua «idade», desde o seu aparecimento ou ressurgimento e medir a sua vitalidade e dinamismo no interior da língua a que pertencem. É por este motivo que para o estudo de alguns sufixos neste trabalho julguei importante consultar este manancial do conhecimento histórico-linguístico.

A respeito dos sufixos *-ar* e *-izar*, os gramáticos históricos souberam sempre posicionar-se. Assim, consideram que a terminação verbal do infinitivo em *-ar* em português ou em outras línguas, radica do facto de que já o latim habitualmente para formar verbos daquela que hoje no português chamamos verbos da primeira conjugação, recorria a *-are*. Entre outros, refiro Nunes ([1919] 1989: 381) que o afirma e o exemplifica com os verbos latinos *fraud-are*, *dit-are* e *mers-are*. O mesmo autor releva que *-ar* é «o sufixo de maior vitalidade, pospõe-se a radicais nominais, de que são exemplos, entre outros, os seguintes

verbos: *are-ar, a-grilho-ar, a-punhal-ar, a-fivel-ar, a-jae-zar, a-calm-ar, a-rrib-ar, a-doç-ar, e-nfi-ar, en-gross-ar, em-parelh-ar, desfil-ar, a-casal-ar, etc*» (1969: 382). Coutinho (1938: 186) também anota que *-ar* «serve para formar os verbos da primeira conjugação».

O sufixo *-izar* é referido, de facto, por muitos gramáticos históricos. Entre eles sublinhamos Said Ali (1964: 247) que considera este sufixo como aquele que «tem aplicação amplíssima na linguagem moderna, criando-se verbos quer de substantivos quer de adjectivos». A perspectiva de Said Ali continua ainda viva na visão dos estudos linguísticos actuais. Alguns dos gramáticos históricos fazem remontar *-izar* à terminação sufixal verbal grega $-ιζειν$ com sentido de uma ideia frequentativa / causativa (Coutinho, 1973: 173; Pidal, 1934: 287).

Para uns, *-ar* e *-izar* são morfemas derivacionais de verbalização (Pena, 1993: 220-221; Rio-Torto, 2004: 24 - 26). Para outros, em *-ar*, a vogal temática tem estatuto de morfema flexional e, na mesma linha, em *-izar*, por exemplo, o *-iz-* tem estatuto de infixo (une-se à direita do radical e à esquerda da vogal temática. De facto, esta última tese, já tinha sido proposta e defendida por Pottier (1953), quando fundamentava a sua posição com os exemplos de nomes, como *pobretão*, e de verbos, como *reverdecer*, em que, em *pobr-et-ão*, o *-et-* não é recategorizador, e em *verd-ec-er*, o morfema *-ec-* é tido como responsável pela recategorização. Ocorre ainda que nas estruturas de tipo *-iz-* + *-ar* e *-e-* + *-ar*, o argumento seria o mesmo. Cinco anos depois, Malkiel (1958) veio a considerar a estrutura *-sc-* como uma estrutura com estatuto de infixo. Diversamente de Pottier (1953) que, como já o referi, considera a estrutura *-et-* da palavra *pobretão* como um infixo, mas não um elemento recategorizador, Pena (1993), pelo contrário, considera, por exemplo, o elemento *-it-* em *libr-it-o* como um ‘verdadeiro’ sufixo, estabelecendo uma derivação apreciativa.

Para muitos autores, o sufixo verbal *-izar* é um dos sufixos mais disponíveis em português. Basílio (2008: 35) sublinha que «a formação de verbos pode ser feita por sufixação e por derivação parassintética. As estruturas mais produtivas de formação de verbos por sufixação são correspondentes à adição de *-izar, -ar, e -ear* a substantivos e adjectivos».

Em relação ao sufixo *-ar*, sabemos que ele é bastante frequente, tal como o apresentei anteriormente. Aliás, de acordo com Basílio (2008), sabe-se que a maior parte dos verbos regulares em português são os de terminação em *-ar*. Quanto ao sufixo *-ear*, diz a mesma autora que muitos gramáticos consideram-no sufixo de uma produtividade razoável,

encontrando-se este, por exemplo nas palavras como: *granjear, estrear, «golpear, costear, baquear, negociar, pentear, passear, bombear, faxear, patentear, presentear, laquear, escanear»* (cf. Basílio, 2008: 36). A mesma autora considera que as formações de verbos com esta tipologia de sufixo são menos frequentes, todavia, não deixam de ser ocorrentes, pois que elas ainda aparecem em muitas novas construções de novas palavras. Na verdade, a frequência dos sufixos verbais *-ar* e *-izar* é mais notória do que as formações verbais de novas palavras em que ocorrem, no seu processo de formação, o sufixo verbal *-ear*. Deste modo, compreende-se, quando se diz que «os sufixos *-ar* e *-izar* são muito produtivos em português. Assim os novos verbos formados na nossa língua usam certamente estes dois sufixos, como exemplificam as palavras *clonar* (forma derivante: clone), *faxar* (forma derivante: fax), *digitalizar* (forma derivante: digital)» (Duarte, 2000: 86).

De facto, é um dado assente que nos tempos actuais, na verbalização, a classe verbal mais produtiva é a dos verbos da primeira conjugação, uma vez que as outras duas conjugações há muito que não servem para formar palavras novas e, dos verbos da primeira conjugação, uma grande parte dos neologismos verbais que emerge no português contemporâneo forma-se com *-izar* (Monteiro 2002: 151), depreendendo-se, então, que este sufixo é, realmente, dos mais frequentes nos nossos dias.

Contudo, o sufixo *-izar* não é sempre de trato pacífico, mesmo quando ocorre em novas palavras. Monteiro (2002) chama a atenção para este problema. Sublinha que é verdade que o sufixo verbal *-izar* liga-se a nomes, adjectivos e a verbos para formar novas palavras, neste caso, verbos. Todavia, também encontramos no português contemporâneo, casos de menos luminosidade. O autor sublinha a questão de que, se nos parece clara a formação das palavras *agilizar* (*ágil-* + *-izar*); *fragilizar* (*frágil-* + *-izar*); *actualizar* (*actual* - + *-izar*), o mesmo não se dirá de *ridicularizar*, por exemplo. Assim, segundo o autor, se se legitima a existência linguística ou lexical de *racionalizar* (de *racional*) por exemplo, poder-se-á supor a existência de *sensacionalizar* (*sensacion-*+*-al-*+*-izar*)? (2002: 152). De facto, as vozes dos dicionários não falam alto neste sentido. Os dicionários apresentam-nos as palavras lexicais *sensação, sensacional, sensacionalismo, sensacionalista e sensacionismo*. Não nos apresentam, porém, o verbo **sensacionalizar*. A sua formação lexical parece legítima, mas não está atestada. Palavra potencial, não atestada ou possível? Em relação ainda ao verbo *ridicularizar* e à palavra *ridículo*, depreende-se que esta última é um adjectivo e, se o é, potencialmente pode formar verbos pelo processo da verbalização. A forma que encontramos

nos dicionários com mais frequência, como forma atestada na língua portuguesa que se formou a partir deste adjectivo, é *ridicularizar*. Na verdade, seguindo as RFP's, para formarmos uma palavra, no nosso caso um verbo, a partir deste adjectivo, no rigor da regra, teríamos: *ridicul(o) + -izar* e assim teríamos *ridicul- + -izar - ridiculizar*, tal como Monteiro (2002) o explica. No entanto, o *Dicionário Houaiss 2009* enquadra as duas formas, estabelecendo uma diferença na sua formação. De acordo com a análise mórfica deste dicionário em relação a estes verbos, podemos chegar à conclusão de que *ridicularizar* não vem de *ridículo*, mas de *ridicularia*. Neste caso, a sua formação obedeceria ao seguinte critério:

ridicular(ia) + -izar - ridicularizar (com significação de *escarnecer, tornar ridículo*). E faz originar *ridiculizar* de *ridículo* (com a mesma significação de *ridicularizar*). Sublinho ainda que *ridicularizar/ridiculizar* formam, no dito dicionário, uma família com *ridicularia* (N), *ridículo* (Adj.), *ridiculez/ridiculeza* (N), *ridiculoso* (Adj.) É compreensível que *ridicularizar* derive de *ridicularia*, uma vez que à terminação *-ia*, quando se une um sufixo derivacional, sofre uma transformação através das regras de reajustamento, ou seja, a terminação *-ia* sofre truncamento. É também entendível que *ridículo* seja um derivante de *ridiculizar*. Contudo, será compreensível que um nome e adjectivo do mesmo radical façam derivar dois verbos com o mesmo conteúdo semântico? Por outro lado, se a partir do mesmo radical encontramos ainda um nome *ridiculez* e um adjectivo *ridiculoso*, será possível derivar o mesmo verbo destas palavras? Quanto a este vocábulo, como se pode entender a existência das duas formas, uma proveniente do nome e outra com base adjectival, tratando-se do mesmo vocábulo?

Como se pode observar, mesmo no caso de derivados formados com sufixos produtivos, nem sempre existe unanimidade quanto ao tipo de bases que são seleccionadas.

Para Scalise ([1984] 1986), nas estruturas em *-izar*, o elemento à direita que confere o valor de infinitivo deve ser considerado sufixo de derivação, o qual gera verbos a partir de bases nominais ou adjectivais.

Segundo Varela (1992), quer nas estruturas em *-ar*, quer em *-izar*, a vogal temática integra uma componente estrutural lexemática do tema do verbo.

Como foi sublinhado por Caetano (2013), nos verbos em *-ar*, a vogal *-a-* que antecede o morfema *-r*, a ser designada por temática, não poderia concorrer para os processos de formação de palavras, o que não nos parece ser o caso. Ou seja, trata-se do sufixo derivacional

verbal *-ar* e não da junção simples de *-r*, morfema de infinitivo à vogal temática da primeira conjugação. Alguns exemplos que me parecem elucidativos são os verbos *estudar* (de estudo); *lanchar* (de lanche). É efectivamente difícil conceber que, perante casos deste tipo, consideremos a vogal em *-ar* como sendo uma vogal temática e como um elemento simplesmente flexional. Outros casos a ter em conta são alguns novos verbos formados no português.

Julgo, pois, ser razoável aceitar que, por exemplo, os verbos *fax-ar*, *clon-ar*, *telefon-ar*, *surf-ar*, *zip-ar*, tenham um derivante nominal a que se soldou *-ar* para dar origem aos verbos. Isto é, a entrada de novos nomes no léxico, ‘obrigou’ os processos de afixação a admitir o respectivo verbo. Assim, *faxar* designa o acto de enviar um fax, *clonar*, o acto de criar um clone, *telefonar*, o acto de contactar alguém usando o telefone, *surf*, o acto de fazer *surf*, *zipar*, o acto de fazer *zip*. Neste caso, o sufixo *-ar* está a transmitir uma informação à base nominal, traduzindo-a para um acto que se pratica, ocorrendo, pois, uma recategorização.

Conforme ficou exposto anteriormente, a problemática que polariza a estrutura *-ar* é a mesma que inflama a discussão sobre a estrutura em *-izar*. É verdade que o assunto é polémico e de difícil solução, pelos motivos a que já aludimos. O confronto dos morfólogos mostra, efectivamente, o estado da questão e a dificuldade de se encontrar um consenso entre os estudiosos da problemática. Contudo, tal como o sublinhei em relação às estruturas em *-ar*, os mesmos argumentos são válidos para as estruturas em que intervém o elemento *-izar*, não sendo, portanto, o *iz-* de *-izar* um infix.

Concluindo, considero, pois, que, tanto *-ar* como *-izar*, são sufixos derivacionais, formadores de verbos, a partir de nomes e de adjectivos. Um verbo do tipo de *formalizar*, por exemplo, será analisado como: *forma – formal – formalizar*. Portanto, em resumo, os verbos em *-ar* e em *-izar* são complexos, pois possuem uma estrutura que comporta dois ou mais constituintes.

4.2.2 A sufixação verbal em *-ificar*

Diversamente do sufixo verbal *-izar*, o sufixo *-ificar* parece ser menos frequente. No entanto, ele aparece quase nas mesmas condições que o sufixo *-izar*. Une-se também a

nomes e adjectivos, para formar novos verbos. Assim do nome *ácido* obtemos o verbo complexo *acidificar*; do adjectivo *rígido* obtemos o verbo complexo *rigidificar*.

Said Ali ([1931]1964: 247) apresenta o sufixo verbal *-ificar* como um sufixo erudito que encontra a sua origem no latim *-ficare/-ificare* que, neste prisma, tem sempre o sentido de *fazer, tornar em estado de*.

O mesmo não se passa com Coutinho (1938: 172-173), que não faz referência a *-ificar*, quando trata dos sufixos, nem com Vasconcelos (1900: 93-94), que faz uma espécie de inventário de sufixos verbais sem o incluir. De facto, este autor dá-nos uma lista de sufixos verbais onde constam: *-ar, -çar, -ear, -cer/ -scer, -ear/-ejar/-izar, -egar/-gar/-icar, -itar e -ntar*, sem *-ificar*. Contudo, seja qual for a interpretação ou visão dos vários autores, a realidade linguística testemunha a presença de *-ificar* como sufixo verbal, elemento que, na minha opinião desempenha inequivocamente a função de sufixo verbalizador.

4.2.3 Outros casos de sufixação verbal

Na lista do *corpus* II (PE) dos verbos complexos em *-izar* constam dois verbos complexos, de difícil análise. Em primeiro lugar, tomo o exemplo do verbo *amimetizar*, o qual não consta nos dois principais dicionários que utilizei. Os outros dicionários consultados dão como existentes os vocábulos *amimar, amime, amimia, amímico* e *mimético*. Em nenhum deles consta o verbo *amimetizar*, nem sequer um nome/adjectivo oriundos do mesmo radical, como por exemplo, *amimetismo, amimetia* ou *amimético*. Apesar de tudo, existem as palavras *mimese, mimético, mimetismo e mimetizar*. Todas estas palavras estão relacionadas com a “imitação”, ou seja, o significado das partes engloba um significado cuja informação é dada pelo radical *mim-*. Provavelmente, *amimetizar* tratar-se-á de um verbo parassintético, formado através da junção de *a-* + *mimét(ico)* + *-izar*, mas não é seguro que assim seja.

Outro vocábulo de difícil análise é o verbo *protagonizar*. Apesar de estar dicionarizado, a sua estrutura é interpretada de diferentes formas. Alguns dicionários, como o *Houaiss 2009*, analisam-no numa estrutura de tipo: *protagon* - + *-izar*, fazendo como se *protagon-* fosse o radical em *protagonizar* e também em *protagonista*. Outros dicionários propõem uma origem grega: *πρωτο + αγωνιζομαι*. Esta última posição parece-me mais difícil

de assumir, pois parece-me aceitável que ao dar-se a junção de *-izar* tenha sido desencadeado um truncamento da base.

4.3 Verbalização resultante de um processo de prefixação

Depois de me ter ocupado da derivação sufixal, passo para o outro processo morfológico, no âmbito dos processos de formação de palavras: a prefixação. As gramáticas tradicionais apresentam-nos a derivação, enquanto processo de Formação de Palavras, repartida em sufixação e prefixação como principais processos intervenientes na lexicogenética das palavras dentro de uma língua, embora se considerem também outros processos. De facto, estes dois processos podemos dizer que são os mais frequentes e os que mais visibilidade têm nas gramáticas elementares.

Se a sufixação, como se viu acima, é um processo morfológico transformacional da palavra que obedece a um critério que funciona com sufixos que se unem à base, para darem origem a uma nova palavra, num esquema que se traduziria numa equação linguística de tipo Rad/base X + sufixo Y > Z, e se os sufixos não têm simplesmente a função de formar um novo vocábulo, mas podem desempenhar também a função de recategorizadores, o mesmo não se poderá dizer dos prefixos. Estes tomam uma outra caracterização. Em primeiro lugar, eles devem ocorrer sempre à esquerda da base. Em segundo lugar, não são recategorizadores (Rocha 2003: 151). Ou seja, enquanto pela sufixação verbal obtemos uma nova palavra cuja categoria morfossintáctica é muitas vezes diversa da categoria morfológica da palavra que a gerou (derivante), o prefixo não tem nenhuma interferência na realização morfossintáctica da nova palavra. O prefixo *des-*, por exemplo, une-se a nomes, adjectivos e a verbos para exprimir, na generalidade dos casos, uma ideia de contrário ou de oposição: *des-elegante des-montar*. Como se vê pelos exemplos, a posição do prefixo e a sua intervenção nas bases não tem nenhum efeito modificador em termos de recategorização. Todas as palavras em *des-* conservam a sua categoria morfossintáctica. Esta ideia está também bem sublinhada em Villalva (2003). Na sua descrição comparativa do comportamento ou do estatuto funcional dos sufixos e dos prefixos, em relação a estes últimos diz que «os prefixos não interferem no cálculo da categoria sintáctica da palavra em que ocorrem; não determinam o valor das categorias morfológicas, morfo-sintácticas e morfo-semânticas relevantes (apesar de que) podem coocorrer em posições adjacentes» (2003: 942).

Alguns autores consideram os prefixos como morfemas constituintes mais independentes relativamente aos sufixos, uma vez que em muitos casos, eles terão, supostamente, autonomia, uma vez que poderão também funcionar como, por exemplo, advérbios, ou preposições (cf. por exemplo Cunha e Cintra, 1984: 86). São disto exemplo, segundo estes autores, os prefixos «contra-», «entre-», etc., em exemplos do tipo: a) *contrapor* (transmitindo a ideia de confrontar, de opor); b) *entrepôr* (transmitindo a ideia de pôr entre ou no meio de). Contudo, este critério levanta algumas dúvidas.

Um prefixo, como qualquer afixo, caracteriza-se, pela sua própria natureza, por não ter autonomia, em todas as circunstâncias necessitando obrigatoriamente de se soldar a uma base. Nos *corpora* constituídos no capítulo anterior deste trabalho, só tive, pois, em conta as palavras prefixadas que realmente o são, tendo excluído os casos que considerei terem sido formados por um processo de composição (preposição/advérbio + verbo, para dar origem a um outro verbo) e não por prefixação.

Pude também observar, a partir dos *corpora*, que alguns prefixos têm mais predominância num dos *corpora* do que noutro. Assim, no *corpus* I (PA), num universo de 34 (trinta e quatro) palavras prefixadas, 18 (dezoito) são prefixadas em *des-*, 11 (onze) em *re-*, 1 (uma) em *i-* (*in*), 1 (uma) em *sub-*, 1 (uma) em *trans-*, 1 (uma) em *ultra-*. No *corpus* II (PE), das 55 palavras alistadas para o grupo dos derivados prefixados, 26 (vinte e seis) são derivados prefixados em *re-*, 20 (vinte) em *des-*, 4 (quatro) em *in-* (*i-*), 1 (um) em *inter-* e, por fim, 1 (um) em *co-*.

Os dados que se reuniram confirmam a posição de Villalva (2008: 130), quando diz que «os prefixos disponíveis para a formação de palavras no Português contemporâneo são, pois, muito menos numerosos do que o que habitualmente é referido». De facto, na lista que apresentei, além dos prefixos *des-* e *re-* que têm uma alta predominância, os outros prefixos mostram reduzida frequência.

4.4 Produtividade da verbalização em português

Identificados os processos morfológicos que actuam sobre as palavras que foram objecto de análise, e depois da descrição destes processos, este último ponto tem como objectivo dar conta da frequência e da disponibilidade dos afixos estudados no contexto do

léxico da língua portuguesa. Esta abordagem garante-nos o espaço de avaliar a produtividade destes processos e a sua intervenção na ‘renovação lexical’. Ou seja, a questão fundamental é tentar saber quais destes processos são mais ou menos produtivos em português. Frequência, disponibilidade e produtividade são conceitos que indicam realidades diferentes e, por isso, antes de referir a produtividade dos processos morfológicos responsáveis pelo aparecimento de novos verbos, julgo de interesse fazer uma abordagem que localize o fenómeno no quadro dos modelos ou perspectivas e referências linguísticas que manifestem com nitidez o seu *status quaestionis*. Nesta linha, importa uma referência a Bauer (2001: 315), quando diz que «*the study of productivity as a phenomenon is relatively recent*». Esta é uma maneira de dizer de Bauer, porém, é sabido que a questão da produtividade remonta já aos gramáticos históricos.

Apesar de ser um aspecto que já tem vindo a ser afluído, desde os gramáticos históricos, é sobretudo depois de Bauer (2001) que o conceito de produtividade morfológica tem conhecido mais interesse gerando, deste modo, imensas e variadas perspectivas. Há uma tendência dos morfólogos em tentar perceber a questão, tentar refiná-la e moldá-la dentro das correntes ou teorias modernas e dos seus mais conceituados expoentes. Começo a analisar a questão com a perspectiva de Bauer (2001), embora esteja plenamente consciente de que a problemática da produtividade não tem o seu início neste autor. Bauer talvez seja, pelo que me parece, um dos autores do nosso tempo que mais está dedicado ao estudo deste fenómeno, avaliado pelas obras que a ele consagrou.

Bauer (2001: 87) define a produtividade desta maneira: «*productivity deals with the extent to which new words may be coined by any particular morphological process*». Com esta definição pode-se perceber que a produtividade é um fenómeno afecto à morfologia derivacional, pois diz respeito a novas palavras de uma língua e ao mesmo tempo estuda os processos intervenientes na sua formação para avaliar, em seguida, a sua ‘resistência’ ou frequência.

Bauer (2001: 11) distingue na produtividade duas questões de maior relevância¹⁵: a disponibilidade e a rentabilidade. Segundo o autor, «*productivity may be broken down into two subsidiary parts. Disponibilit  (the term is from Danielle Corbin and is translated into*

¹⁵ Cf. Caetano (2003:), para quem a noção de produtividade de Bauer (2001), envolvendo os dois conceitos distintos de disponibilidade e de rentabilidade, é, para si, uma das mais conseguidas.

English as 'availability') is a matter of whether a particular process may be used at all in the production of new word. A process is either available or unavailable. One that is available is sometimes said to be 'living'. Rentabilité (translated into English as 'profitability') looks at available processes and asks how much they are used»¹⁶.

Ao estabelecer a diferença acima descrita, ou seja, ao reconhecer estas duas questões, na produtividade, propostas por Corbin (1987), Bauer (2001) chama a atenção para a dificuldade que o conceito envolve. O maior problema é saber se a consideração da produtividade deve obedecer ao critério da disponibilidade (de saber qual é o grau de disponibilidade de um tal processo morfológico) ou se se deve cumprir o critério da rentabilidade (qual é o nível de rentabilidade de um tal processo morfológico). A questão é complexa.

Em 1976, Aronoff (cf. Scalise e Guevara 2005: 159) havia proposto uma definição de produtividade em que intervém o conceito de *ratio*, baseado na relação do *input /output* lexicais. Propôs igualmente a existência de uma estreita relação entre a produtividade e a composicionalidade semântica. Aronoff (1976: 36) reage a uma concepção de produtividade que insere este fenómeno linguístico baseado na frequência, ou seja, Aronoff (1976) reage àquela teoria que tenta definir a produtividade como «*a direct reflection of the number of times it has been used to create words in dictionary*» (Bauer, 2001: 318). Aronoff rejeita esta teoria, na medida em que, para ele, «*it isn't fair because it fails to take into account how many words are possible with a particular affix*». Com esta justificação, Aronoff introduz, na abordagem da questão da produtividade, a noção de *possible word* (palavra possível) em oposição a *actual word* (palavra atestada), uma proposta para a compreensão da produtividade (cf. Aronoff, 1976: 17-18).

¹⁶ Aqui reside a singularidade do estudo de Danielle Corbin. Embora o seu estudo não esteja directamente relacionado com a produtividade como fenómeno, ele tem o mérito de estabelecer uma importante distinção e uma terminologia própria que viria a ser mais tarde seguida por vários linguistas na abordagem do fenómeno. Corbin (1987) estabelece assim uma distinção conceitual entre disponibilidade (*disponibilité*) e rentabilidade (*rentabilité*). Para a autora, um processo morfológico é disponível, se o falante é capaz de o usar no âmbito de construções de neologismos, preenchendo, desta forma, os lugares vazios no léxico. Por outro lado, um processo morfológico é rentável, se ainda é, actualmente, usado na produção de um grande número de palavras (cf. Corbin, 1987: 177).

Bybee (1985) debruçou-se sobre a questão aplicando a produtividade à realidade da morfologia, não derivacional, mas à flexional, estudando o tempo verbal do passado (pretérito) na língua inglesa.

Para Mateus et al. (1990: 442), para se poder perceber o conceito de produtividade, é necessário compreender a relação de um determinado sufixo ou prefixo com o índice de participação dos mesmos afixos numa estrutura de palavras cuja complexidade é conhecida, quer daquelas que já fazem parte do léxico da língua, quer das que hão-de ser formadas.

Na sequência de Ashen e Aronoff (1988), Caetano (2003: 173) defende que «a composicionalidade e a produtividade estão intimamente relacionadas, mas o princípio que contribui decisivamente para ambas é a transparência».

Para Caetano (2003: 172), a vantagem de apelarmos à transparência, nesta relação com a produtividade, reside no facto de que aquela, em muitos casos, pode servir de ‘impedimento’ à lexicalização, nos casos em que os afixos e/ou os processos deixaram de ser produtivos.

No meio desta dificuldade dimanada da complexidade do assunto, entre várias posições e considerações já feitas, não queríamos deixar de lado a posição de Scalise e Guevara (2005: 159) cuja visão aponta também para posição de Aronoff (1976). Para estes autores, só os processos produtivos têm possibilidade de formar palavras complexas no sistema linguístico de uma determinada língua. Assim, a meu ver, a produtividade não só diz respeito à rentabilidade dos sufixos ou dos prefixos derivacionais, como também à sua relação com a formação de novas palavras complexas. Com esta visão infere-se que «*morphological processes can be classified according to their productivity: while some WFRs are totally productive*» (Scalise e Guevara, 2005: 159). Nesta lógica de pensamento, pode-se afirmar a hipótese de alta ou baixa produtividade de uma RFP ou de um afixo e que estas propriedades das RFP’s decorrem da frequência, da disponibilidade ou da rentabilidade de um afixo na sua relação léxicogenética.

Villalva (2008: 34)¹⁷ Sublinha que «a produtividade é uma propriedade dos processos de formação de palavras que diz respeito à medida da frequência do seu uso». Neste sentido, quanto mais frequente for um processo, mais produtivo é. A frequência torna-se, deste modo,

¹⁷ Mateus et al. (1990: 442) também reconhece a dificuldade que deriva da tentativa de definição do conceito enquanto processo morfofonológico.

a medida da produtividade. Contudo, a autora não deixa de reconhecer a dificuldade que este fenómeno comporta, quer do ponto de vista da sua identificação, quer no âmbito da sua realização e processamento. É este o eco que vem nas suas palavras enunciadas nesta tonalidade ao declarar que «a identificação do grau da produtividade de um processo de formação de palavras não é uma operação fácil de definir, menos ainda de realizar».

Há, portanto, um grande debate na tentativa de melhor compreender e perceber a complexidade da noção de produtividade.

Os exemplos que foram analisados neste trabalho de investigação mostram, de facto, que os sufixos estudados são afixos verbalizadores em que ambas as componentes da produtividade (rentabilidade e disponibilidade) estão presentes. Ou seja, é provável que qualquer afixo pode ser rentável e/ou disponível, sendo que a sua disponibilidade não implica necessariamente a sua rentabilidade e, pelo contrário, a sua rentabilidade está dependente da sua disponibilidade.

No ponto seguinte apresentarei os gráficos que ilustrarão que, quer no PA, quer no PE, é predominante o sufixo *-izar* em relação ao sufixo verbalizador *-ificar*. Em relação à prefixação, verifica-se um índice maior da prefixação em *des-*, seguida da prefixação em *re-*. A predominância destes prefixos é visível e verificável nas duas variedades do português. Como já tem vindo a ser referido por muitos gramáticos, o sufixo *-ar*, concorrente à formação dos verbos da primeira conjugação tem maior rentabilidade. Todavia, convém sublinhar, na linha de Caetano (2003: 172), que não podemos esquecer que a produtividade de um sufixo é sobretudo avaliada pela sua disponibilidade no sistema, o que lhe permite participar no processo de formação de novas palavras. O sufixo *-ar* é também muito frequente na formação de verbos utilizados na gíria ou no calão. Nas fontes utilizadas, encontraram-se igualmente, verbos como *chular* (extorquir por perfídia os bens de alguém, geralmente dinheiro), *bazar* (ir-se embora, ir), *kizombar* (dançar kizomba), *marimbar* (tocar marimba ou desleixar-se, não fazer caso de), *makumbar* (fazer makumba, enfeitiçar), todos eles pertencentes a um tipo de linguagem, às vezes considerados calão, mas que na conversação coloquial são usados muito significativamente.

Concluindo, *-ar* e *-izar* são em português os principais sufixos derivacionais que permitem formar verbos (não parassintéticos) a partir de nomes (por exemplo, *alfabetar*, *alcoolizar*) e de adjectivos (por exemplo, *fertilizar*).

Em português, os verbos não parassintéticos formam-se através dos sufixos – *ar*, *-ificar*, *-izar*, e ainda *-ear*, a partir de nomes e adjetivos (exs.: *invejar*, *prantear*, *bestificar*, *penalizar*), podendo alguns verbos formados com estes sufixos serem posteriormente prefixados.

Cada um dos sufixos verbalizadores confere à base uma significação própria, pelo que não estarão em concorrência (cf., por exemplo, *electrificar* / *electrizar*).

Outrora, dispúnhamos ainda para a formação de verbos da primeira conjugação dos sufixos *-açar*, *-ejar*, *-icar*, *-inhar*, *-iscar* / *-uscar*, *-itar*, *-ntar*, *-ujar*, mas, nos *corpora* analisados, não foram encontrados exemplos em que ocorram estes afixos.

4.5 Verbalização: semelhanças e diferenças entre o PA e o PE

O percurso de investigação que se fez até aqui possibilitou, em primeiro lugar, o ‘manuseamento’ das fontes, a recolha dos dados e a constituição dos *corpora*; em segundo lugar, possibilitou a análise de todo o material, depois de organizado em *corpora*. Como já o referi, muitas vezes, nos capítulos anteriores, a constituição dos *corpora* teve como objectivo a identificação ou o estudo dos processos de Formação de Palavras, de modo particular o processo morfológico da verbalização.

Os *corpora* apresentados serviram também para a identificação geral das questões que se podiam discutir, decorrentes de situações e desafios colocados pelos processos de Formação de Palavras, no âmbito da morfologia derivacional. Todo este percurso foi feito para se chegar a uma meta determinada: ver se é possível responder à questão inicial motivadora: existe uma variedade do português que se pode chamar Português de Angola ou Português Vernácul (o) arizado de Angola (PVA), como defendem Inverno (2004, 2006) e outros linguistas interessados no estudo do Português em Angola? Se realmente é legítimo afirmar que sim, quais são as propriedades distintivas que o Português de Angola apresenta no domínio da morfologia derivacional e, especificamente, no domínio da verbalização? O ponto seguinte vem tentar responder, de forma resumida, a estas questões, através dos dados que se obtiveram a partir da análise dos *corpora*.

O estudo dos dados dos *corpora* foi realizado à luz das discussões sobre princípios, mecanismos, correntes ou modelos de análise morfológica, tendo como escopo identificar as

principais soluções e dificuldades apresentadas pela morfologia derivacional no que diz respeito aos verbos complexos. Portanto, tudo o que apresentámos até aqui converge para este ponto, no qual se faz uma breve comparação das duas variedades do português. Para melhor identificação e compreensão dos dados, começo por apresentar, a seguir, três gráficos comparativos.

Gráfico 1: *-izar*

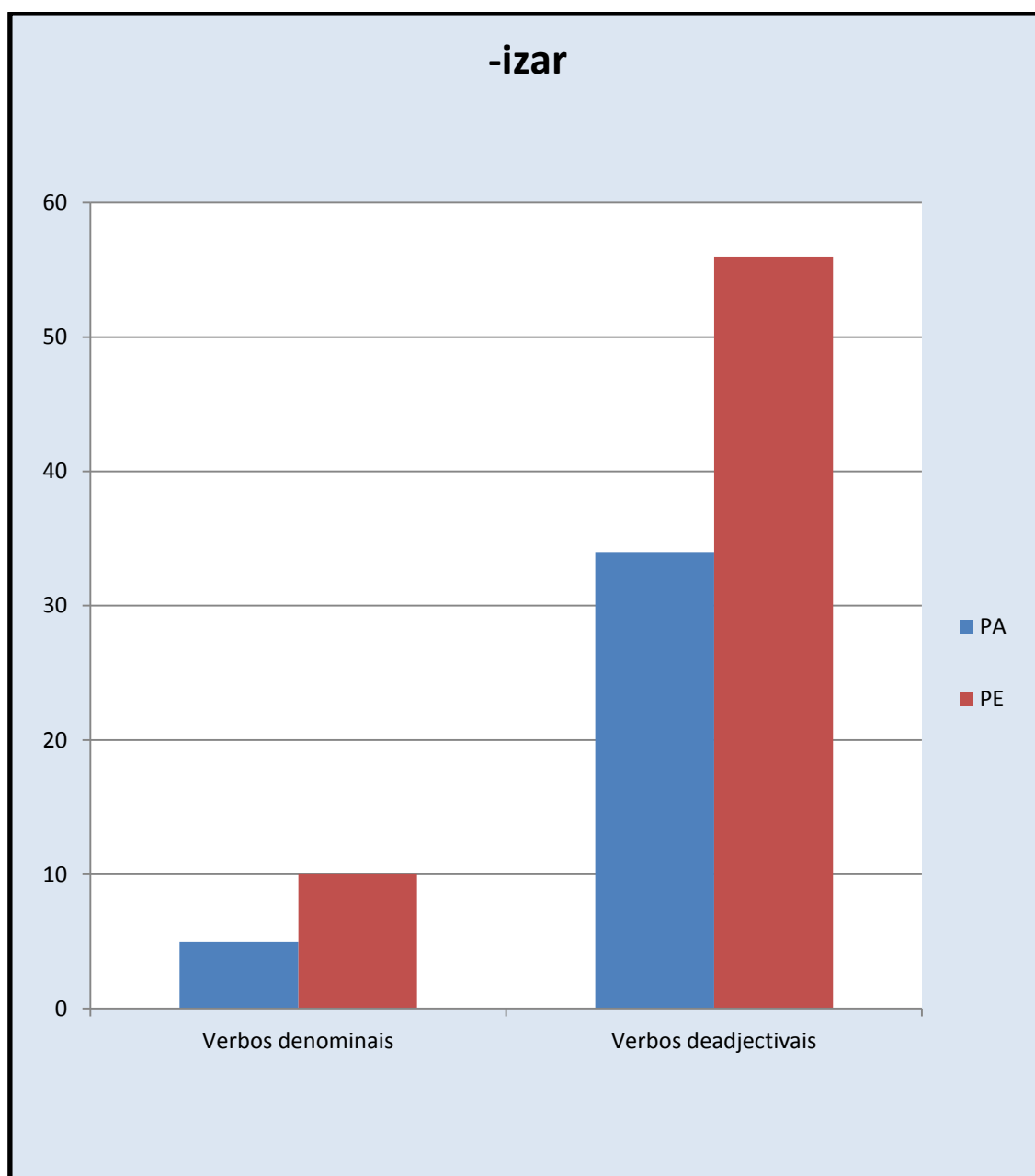


Gráfico 2: -ificar

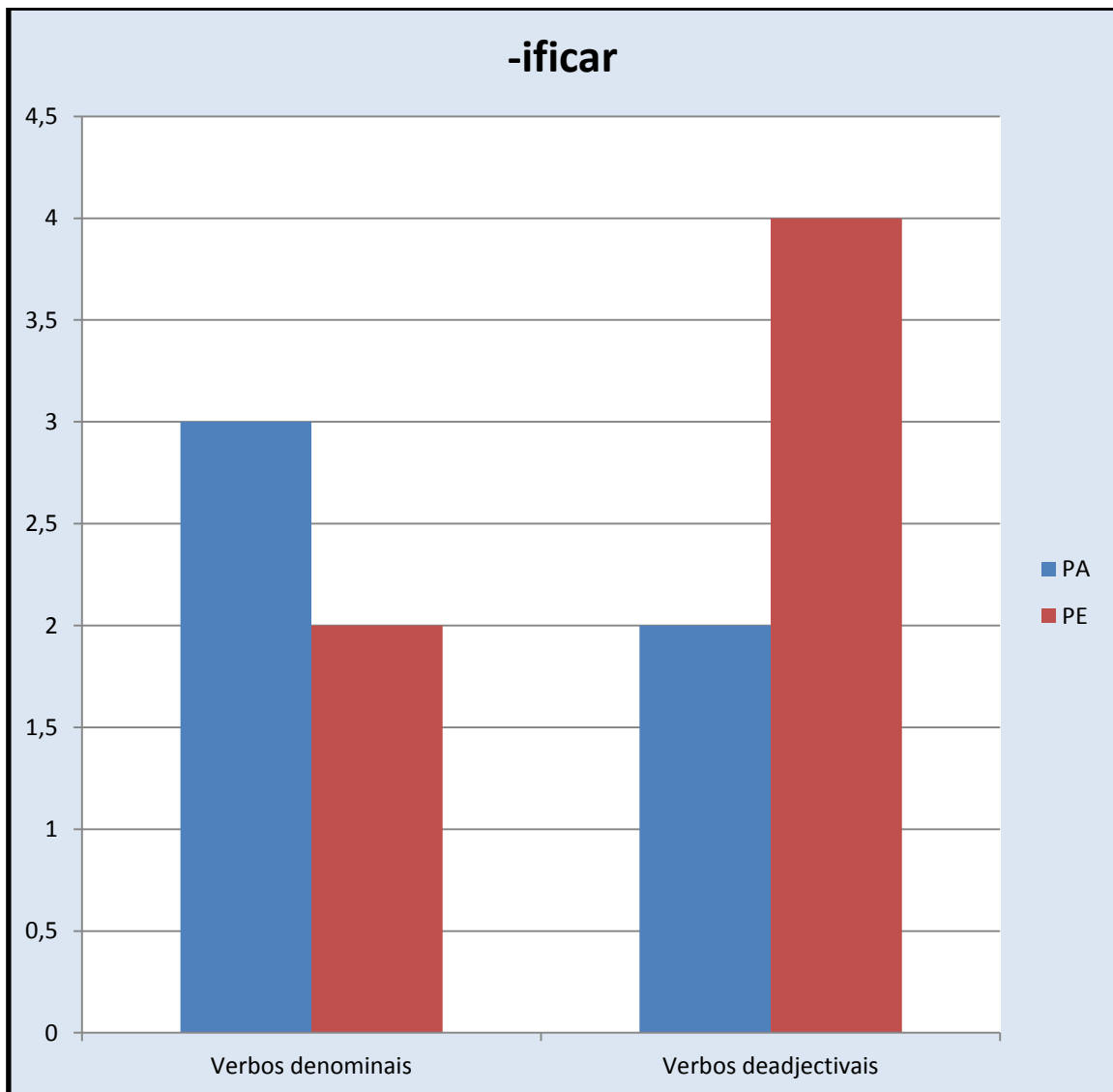
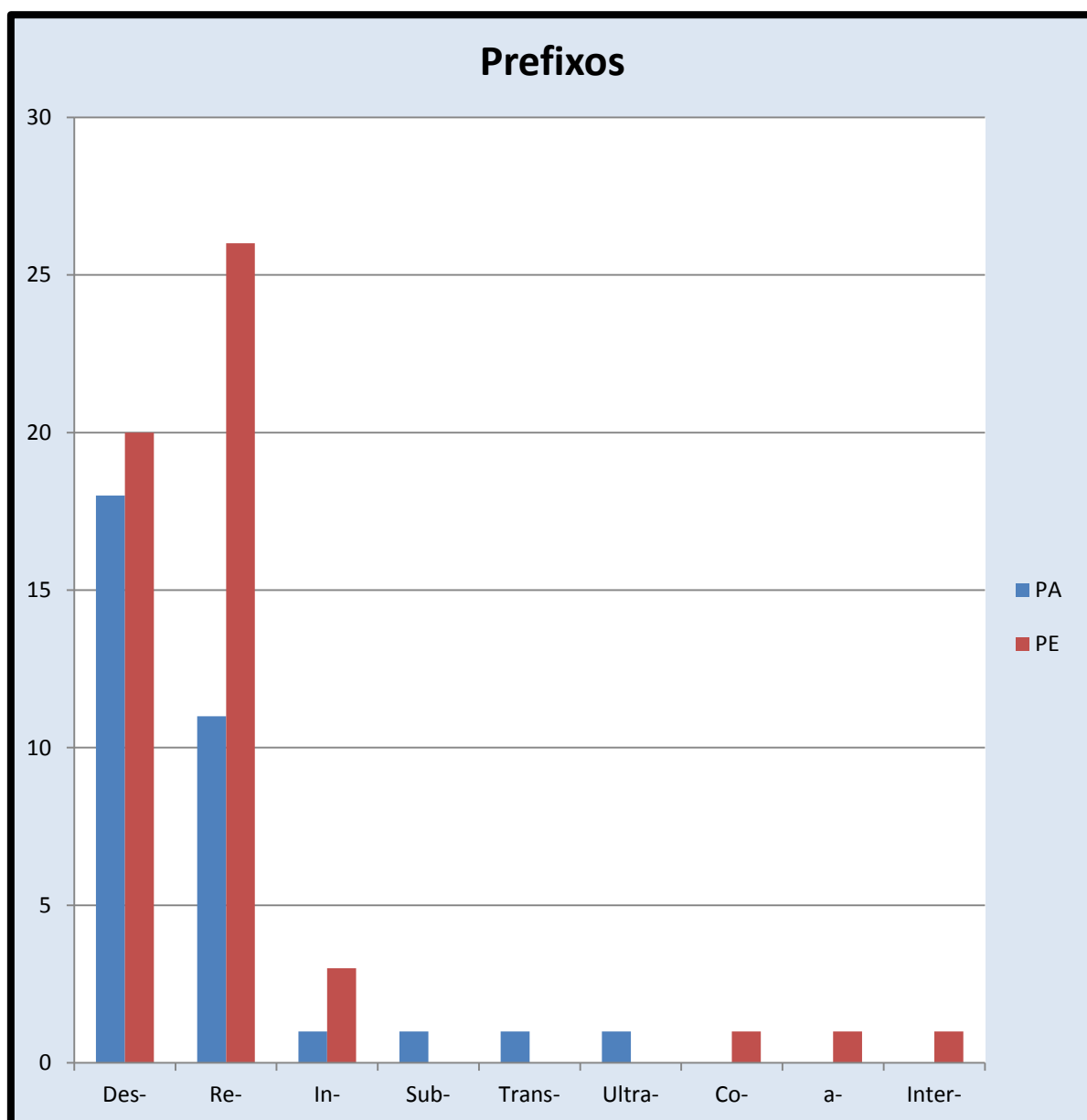


Gráfico 3: prefixos



Como mostram os gráficos comparativos, o recurso aos processos derivacionais e a rentabilidade dos afixos derivacionais evidenciam uma grande aproximação e só há alguma ligeira variação em cada uma das variedades.

Assim, percorrendo cada um dos afixos, nas duas variedades, pode verificar-se que:

Quanto ao sufixo verbalizador *-izar*, constatamos que o *corpus* do PA apresenta um total de 39 (trinta e nove) verbos em *-izar* e o PE apresenta 65 (sessenta e cinco) verbos em *-izar*. Da

totalidade dos 39 verbos em *-izar* no PA, apenas 5 (cinco) verbos são formados a partir de nomes (verbalização denominal) e 34 (trinta e quatro) verbos são formados de adjetivos (verbalização deadjectival). Quanto ao PE, da totalidade dos 65 verbos em *-izar*, somente 10 (dez) verbos foram formados a partir de nomes e 55 (cinquenta e cinco) derivados verbais a partir de adjetivos.

Em relação ao sufixo verbalizador *-ificar*, os gráficos comparativos mostram que, no PA, há uma totalidade de 5 (cinco) verbos em *-ificar* e o PE apresenta um total de 6 (seis), isto é, mais um verbo que no PA. Dos 5 verbos em *-ificar*, 3 (três) verbos foram formados a partir de nomes e 2 (dois) verbos a partir de adjetivos. No PE, dos 6 verbos, apenas 2 (dois) foram formados de nomes e 4 (quatro) verbos foram-no a partir de adjetivos.

No que diz respeito aos prefixos, os dados mostram-nos o seguinte:

des- : O PA apresenta um total de 18 (dezoito) e o PE regista 20 (vinte), isto é, mais dois que no PA;

re- : O PA regista uma totalidade de 11 (onze) e o PE apresenta um total de 26 (vinte e seis), isto é, mais quinze do que no PA;

in- (*im-*; *i-*): O PA soma um total de 1 (um), enquanto o PE conta com 3 (três);

os prefixos, *sub-*, *trans-* e *ultra-* registam um total de 1 (um) de cada um deles no PA e marcam frequência zero no PE;

os prefixos *a-*, *co-* e *inter-*, contrariamente aos prefixos anteriores *sub-*, *trans-* e *ultra-*, têm presença, embora insignificante, de 1 (um) cada um deles no PE e têm frequência zero no PA.

Portanto, a comparação mostra com clareza a rentabilidade do sufixo derivacional verbalizador *-izar* no PE e no PA (65 / 39).

Em relação ao sufixo derivacional verbalizador *-ificar*, é notória a sua baixa rentabilidade nas duas variedades (6 / 5).

Quanto aos prefixos, é visível a rentabilidade do prefixo *des-*, quer no PA, quer em PE (18 / 20).

Os gráficos mostram, igualmente, que a seguir ao *des-* está o prefixo *re-* (com alguma predominância no PE, onde os exemplos são o dobro). Os restantes prefixos apresentam uma muito baixa rentabilidade.

Considerações finais

O que se analisou até aqui permite-me tirar algumas conclusões que são fruto do estudo empreendido com as análises feitas com o material linguístico de que dispunha. No estudo comparativo das duas variedades do português, no que diz respeito aos processos de afixação verbal, os resultados não só não são díspares, como também têm uma grande aproximação, como referi anteriormente.

Correndo embora o risco de me repetir, quero salientar que, quanto à derivação sufixal, pode constatar-se que o processo da verbalização é produtivo e muito rentável nas duas variedades em estudo.

O sufixo verbalizador *-ar* goza de maior rentabilidade, quer no PE quer no PA, continuando a ser um dos sufixos ‘preferidos’ na formação de novas palavras na língua portuguesa.

Relativamente ao sufixo verbalizador *-izar*, também não se registam grandes diferenças, o sufixo está disponível e é igualmente rentável nas duas variedades. Há uma enorme tendência, nas duas variedades, por parte deste sufixo, de seleccionar adjectivos, ou seja, há mais casos em que o sufixo *-izar* se solda a adjectivos na formação de novos verbos, do que a nomes. Por exemplo, em 39 (trinta e nove) derivados verbais em *-izar* no PA, só se encontraram 5 (cinco) derivados verbais denominais; dos 65 (sessenta e cinco) derivados verbais em *-izar* no PE, apenas 10 (dez) derivados verbais são denominais. Esta constatação levou-me a concluir que a verbalização de adjectival em *-izar* é a mais rentável (no PA e no PE) do que a verbalização denominal. É o processo que preferencialmente ocorre em novas palavras que sejam verbos.

O sufixo verbalizador *-ificar* é muito menos frequente nas duas variedades, como já o disse, sobretudo se se comparado com o sufixo *-izar*. É exemplo disto o facto de no *corpus* do PA aparecerem apenas 5 (cinco) verbos, dos quais 3 (três) denominais e 2 (dois) de adjectivais. No caso deste sufixo, há um relativo equilíbrio entre as formações denominais e as de adjectivais. No PE, a situação é ligeiramente diferente, não de modo significativo, mas com um pequeno desnível. Ou seja, dos 6 (seis) derivados verbais em *-ificar*, apenas duas formações são denominais, enquanto as outras quatro são de adjectivais.

Em relação ao processo de verbalização em que ocorrem prefixos, os *corpora* demonstram que, quer no PA, quer no PE, há uma relativa desproporcionalidade de ocorrências das formações verbais sufixadas e prefixadas, pois temos 34 (trinta e quatro) verbos prefixados no *corpus* do PA e 55 (cinquenta e cinco) verbos prefixados no *corpus* do PE, um número muito aquém das formações resultantes de sufixação derivacional. Verifica-se igualmente que, dos prefixos considerados, há uma predominância do prefixo *des-*.

Sublinho ainda o facto de que, diversamente do que acontece com o sufixo verbalizador *-izar*, o sufixo *-ificar* parece manifestar alguma tendência de não seleccionar bases prefixadas, visto que, dos verbos prefixados analisados, somente um, na variedade do PA, cuja base verbal é prefixada em *re-*, foi seleccionado pelo sufixo *-ificar* (cf. *requalificar*).

No entanto, notam-se algumas diferenças que podem ser tidas em consideração em relação aos prefixos. Há prefixos que ocorrem no PE e não ocorrem no PA e vice-versa. Dentre estes, sublinho os prefixos *sub-*, *trans-* e *ultra-* que ocorrem, embora uma só vez cada um deles, no *corpus* do PA e não ocorrem nenhuma vez no *corpus* do PE; os prefixos *a-*, *co-* e *inter-* que ocorrem 1 (uma) vez, cada um deles, no PE, e não ocorrem nenhuma vez no PA. Portanto, a escassa ocorrência dos prefixos *a-*, *co-*, *inter-*, *sub-*, *trans-*, *ultra-* e *in-*, no PA, leva-me a pensar que eles estarão a perder rentabilidade, pois têm uma ocorrência muito reduzida. Isto aplica-se com maior incidência ao prefixo *a-*, que não só tem uma ocorrência reduzida, como também a única ocorrência que tem no PE é de difícil interpretação, uma vez que o verbo em que ocorre comporta uma grande complexidade, não tendo conseguido identificar completamente se a base é ou não um verbo complexo e se é ou não um verbo atestado no português (cf. *amortizar*).

Outra diferença a assinalar é que há uma tendência, embora não muito acentuada, no PA, de não ocorrer verbalização deverbal por prefixação quando a base do verbo derivante é um nome.

No PE, parece não haver dúvidas de que para se formarem novos verbos o sufixo derivacional verbalizador por excelência é *-izar*, o que pode ser corroborado com alguns exemplos ainda não dicionarizados, mas atestados .

Em resumo, em relação à derivação sufixal, há uma grande aproximação entre as duas variedades do português no processo da verbalização, destacando-se os sufixos verbais *-ar* e *-izar*, como os mais rentáveis em ambas as variedades do português, suplantando, de longe, o

sufixo *-ificar*. A verbalização de adjectival ocorre num maior número de derivados, também em ambas as variedades, não havendo nenhum processo de verbalização de verbal.

Tenho perfeita noção de que, apesar de ter chegado a algumas conclusões, a dimensão dos *corpora* não é suficientemente abrangente para me permitir fazer generalizações. Um *corpus* mais alargado possibilitaria certamente dar conta de mais aspectos, evidenciando outras diferenças ou semelhanças entre a verbalização em PA e em PE. Talvez esse venha a ser um dos meus próximos passos e desafios. No entanto, julgo que os elementos de que disponho e que analisei poderão apontar já para a necessidade de se estudarem as duas variedades do português que elegi, de forma sistemática e exaustiva, o que é válido para a Formação de Palavras e para todos os outros domínios de análise.

Bibliografia

ACKERMAN, Farrell – LeSourd, Philip (1997) «Toward a lexical representation of phrasal predicates» in A. Alsina et al. (eds.), *Complex predicates*, Center for the study of language and information: Standford University, 67-106.

AGUALUSA, José Eduardo (2004/2005) «A Língua Portuguesa em Angola – língua materna versus língua madrasta. Uma proposta de paz» (Entrevista) in *Imaginário*, nº 10, Ano X, pp. 27-33.

ANDERSON, Stephen R. (1992) *A-Morphous Morphology*, Cambridge: Cambridge University Press.

ARONOFF, Mark (1976) *Word formation in generative Grammar*, Cambridge: The MIT Press.

ARONOFF, Mark – FUEDEMAN, Kirsten (1995) *What is Morphology?* Oxford: Blackwell Publishing.

BASILIO, Margarida (2008) *Formação e classes de palavras no português do Brasil*, São Paulo: Editora Contexto.

BAUER, Laurie (2001) *Morphological Productivity*, Cambridge: Cambridge University Press.

_____ (2004) *A Glossary of Morphology*, Edinburg: Edinburg University Press.

_____ (2005) «Productivity: Theories» in Pavol ŠTEKAUER – Rochelle LIEBER (eds.) *Handbook of word-formation*, Netherlands: Springer, pp. 315-334.

BEARD, Robert (1995) *Lexeme-Morpheme Base Morphology. A General Theory of Inflectional and Word Formation*, Albany: State University of New York Press.

_____ (1998) «Derivation» in Andrew SPENCER – Arnold M. ZWICKY (eds) *The Handbook of Morphology*, Oxford: Blackwell Publishers, pp. 44-65.

BECHARA, Evanildo (1992) *Moderna Gramática Portuguesa*, 34ª ed., Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional.

BOOIJ, Geert – MARLE, Jaap Van (eds.) (1991) *Yearbook of Morphology*, Netherlands: Kluwer Academic Publishers.

_____ (1992) *Yearbook of Morphology*, Netherlands: Kluwer Academic Publishers.

BOOIJ, Geert - LEHMANN, Christian – MUGDAN, Joachim (eds.) (2000) *Morphologie – Morphology. Ein international Handbuch zur Flexion und Wortbildung – An International Handbook on Inflection and Word Formation*, vol. 1, Berlin: Walter de Gruyter.

_____ (2004) *Morphologie – Morphology. Ein international Handbuch zur Flexion und Wortbildung – An International Handbook on Inflection and Word Formation*, vol. 2, Berlin: Walter de Gruyter.

BOOIJ, Geert (2005) *The Grammar of Words. An introduction to Linguistic Morphology*, Oxford: Oxford University Press.

BYBEE, Joan L. (1985) *Morphology. A study of the relation between meaning and form*, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.

CAETANO, Maria do Céu (2003) *A formação de palavras nas Gramáticas Históricas do português. Análise de algumas correlações sufixais*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade Nova de Lisboa-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

_____ (2013) «Alguns aspectos da formação de verbos em português» in *Estudos Linguísticos – Linguistics Studies.*, nº 8, Lisboa: Edições Colibri / CLUNL, pp. 107-120.

CHAVAGNE, Jean Pierre (2005) *La langue portugaise d'Angola. Etudes des écarts par rapport à la norme européenne du portugais*. Dissertação de Doutoramento, Lyon: Université de Lyon.

CANÊDO, Letícia Bicalho (1986) *A descolonização da África e da Ásia: processo de ocupação colonial, transformações sociais nas colónias, movimentos de libertação*, São Paulo: Atual.

CARSTAIRS-McCARTHY, Andrew –(1992) *Current Morphology*, London/New York: Routledge.

CHOMSKY, Noam (1970) «Remarks on nominalization» in Roderick JACOBS and Peter ROSENBAUM (eds.) *Readings in English Transformational Grammar*, Ginn: Waltham, MA, pp. 184 – 221.

CLYNE, Michael (2004) «Pluricentric Languages» in Ammon, H. V. U.- DITTMAR, N. & MATTHIER, K. J., *Sociolinguistics: An International Handbook of the Science of Language and Society*, vol. I, Berlin-New York: Walter de Gruyter.

COELHO, Clara Cristina Almeida (2003) *A formação de verbos em –ar em Português*, Dissertação de Mestrado em Linguística Portuguesa, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

CORBIN, Danielle (1991) *Morphologie dérivationnelle et structuration du lexique*, 2 vols., 2^e édition, Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires de Lille .

COUTINHO, Ismael de Lima (1958) *Pontos de Gramática Histórica*, 4ª edição revista e aumentada, Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.

CUESTA, Vasquéz – DA LUZ, Maria Albertina Mendes (1971) *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa: Edições 70.

CUNHA, Celso – CINTRA, Lindley (1984) *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa: João Sá da Costa.

_____ (1985) *Breve Gramática do Português Contemporâneo*, 1ª edição, Lisboa: Edições João Sá da Costa.

DIEZ, Frédéric ([1836-1844] 1973) *Grammaire des langues romanes*, Tomes I et II, Paris: Librairie A. Frank.

DUARTE, Inês (2000) *Língua Portuguesa – Instrumentos de Análise*, Lisboa: Universidade Aberta.

ENCICLOPÉDIA LUSO-BRASILEIRA DE CULTURA – VERBO, Edições Século XXI, vols. II (1998) e XIX (2001) Lisboa-São Paulo: Editorial Verbo.

GONZÁLEZ, Guillermo Lorenzo (1998) *Curso de morfologia generativa*. Departamento de Lingüística y Literatura, Perú: Ediciones Educare.

GREENBERG, Joseph ([1954] 1960) *A quantitative approach to the morphological typology of language*, IJAL 26.

FAAB, Nigel (1998) «Compounding» in Andrew SPENCER – Arnold M. ZWICKY (eds.) *The Handbook of Morphology*, Oxford: Blackwell Publishers, pp. 66-83.

FERNANDES, João – NTONDO, Zavoni (2002) *Angola: Povos e Línguas*, Luanda: Editorial Nzila.

FILUSOVÁ, Radoslava (2012) *Difusão e desenvolvimento do Português vernáculo em Angola*, Dissertação de Mestrado em Sociolinguística, Masarikova Univerzita.

FIRMINO, Gregório (2005) *A «Questão linguística» na África pós-colonial. O caso do Português e das línguas autóctones em Moçambique*, Maputo: Textos Editores.

GUTHRIE, Malcolm, *Comparative Bantu. An introduction to the comparative linguistics and prehistory of the Bantu Languages*, vols. I (1967), II (1971), III (1970) e IV (1970), London: Gregg International Publishers.

HACKER, Pius ten (1994) *Defining morphology. A principled approach to determining the boundaries of compounding, derivation and inflection*, Hildesheim/ Zurich/ New York: George Olms Verlag.

HALLE, Morris (1973) «Prolegomena to a theory of word formation», in *Linguistic Inquiry* 4-1, pp. 3-16.

HUBER, Joseph (1986) *Gramática do português antigo*, trad. port. de Maria Manuela Gouveia Delille, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

INVERNO, Liliana (2004) «A transição de Angola para o Português vernáculo: estudo morfossintático do sintagma nominal» in Ana M. CARVALHO (ed.), *Português em contacto*, Ibero-americana, Madrid, Frankfurt: Editorial Vervuert, pp. 1-12.

KUKANDA, Vatomene (2000) «Diversidade Linguística em África» in *Africana Studia* 3, Porto: CEAUP.

KURYŁOWICZ, J. (1936) «Dérivation lexical et dérivation syntaxique ; contribution à la théorie des parties du discours» in *Bulletin de la Société de Linguistique de Paris*, 37, pp. 79-92.

LEWIS, M. Paul (ed.) (2009) *Ethnologue. Languages of the world*, 6th ed., Dallas: SIL International.

LOPES, Carlos Alberto Gonçalves (2003) *Lições de Morfologia da Língua Portuguesa*, Bahia: Ed. Tipô-Carimbos.

MALKIEL, Yakov (1958) «Los interfijos hispánicos» in D. CATALÁN (ed.) *Estructuralismo e Historia II, Miscelánea homenaje a André Martinet*, Tenerife: Universidad de La Laguna, pp. 107-187.

MARIANI, Bethania (2007) «Quando as línguas eram corpos» in Eni ORLANDI, *Política Linguística*, SP: Pontes: Campinas.

MARQUES, Irene Guerra (1983) «Algumas considerações sobre a problemática linguística em Angola», in *Instituto de Cultura e Língua Portuguesa. Actas do Congresso sobre a situação actual da Língua Portuguesa no mundo*, Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, pp. 205-223.

MATEUS, Maria Helena Mira et al. (1989) *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa: Editorial Caminho.

_____ (2003) *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa: Editorial Caminho.

MATEUS, Maria Helena Mira (1990) *Fonética, Fonologia e Morfologia do Português*, Lisboa: Universidade Aberta.

_____ (2008) *Difusão da Língua Portuguesa no Mundo*, Mesa redonda do I SIMELP, São Paulo: Anais do I SIMELP.

MATHEWS, P. H. (1974) *An introduction to the theory of word-structure*, Cambridge: Cambridge University Press.

MEYER-LÜBKE, Wilhelm ([1890-1892] 1895) *Grammaire des langues romanes - Morphologie*, tome II, traduction par Auguste Doutrepoint et Georges Doutrepoint, Paris: H. Welter Éditeur.

MINGAS, Amélia (1998) «O Português em Angola: Reflexões», in *VIII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa*, vol. 1, Macau: Centro Cultural da Universidade de Macau, pp. 109-126.

_____ (2000) *Interferência do Kimbundu no português Falado em Lwanda*, Luanda: Edições Chá de Caxinde.

MONTEIRO, José Lemos (2002) *Morfologia portuguesa*, 4ª edição, São Paulo: Pontes Editores.

NUNES, José Joaquim ([1919]1989) *Compêndio de Gramática Histórica (Fonética e Morfologia)*, Porto: Livraria Clássica Editora.

NZAU, Domingos Gabriel Ndele (2011) *A Língua Portuguesa em Angola. Um contributo para o Estudo da sua Nacionalização*, Tese de Doutoramento, Covilhã: Universidade da Beira Interior.

_____ (2013) «Em torno da consagração de uma variante angolana do português: subsídios para uma reflexão» in *Limite*, nº 7, Covilhã: Universidade da Beira Interior, pp. 161-162.

PENA, Jesús (1993) «La formación de verbos en español: la sufixación verbal» in Soledad Varela ORTEGA (ed.), *La formación de palabras*, Madrid: Taurus Universitaria, pp. 217-281.

PEREIRA, Rui Abel Rodrigues (2006) *Formação de verbos em Português – Afixação heterocategorial*, Dissertação de Doutoramento, Viseu: Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Letras de Viseu.

PETTER, Margarida Taddoni (2008) *Variedades linguísticas em contato: português angolano, português brasileiro e português moçambicano*, Dissertação de Livre-docência, Universidade de São Paulo.

PINDAL, R. Menendez (1934), *Manual de Gramática Histórica Española*, 5ª edición, Madrid: Libreria General de Victoriano Suarez.

PONSO, Letícia Cao (2008/2009) «O português no contexto multilingue de Angola» in *Confluência*, nº 35/36, *Revista do Instituto de Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, pp. 147-162

POTTIER, Bernard (1953) «Los infijos modificadores en Portugués. Nota de Morfología general» in Bernard POTTIER, *Lingüística moderna y filología Hispánica*, Madrid: Gredos, pp. 161-185.

RIBEIRO, Sílvia (2006) *Compostos nominais em português: as estruturas VN, NN, NprepN e NA*. Dissertação de Mestrado em Linguística Portuguesa, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

RICO, José M. Toscano (1990) «Discurso do Prof. José M. Toscano Rico, Reitor da Universidade de Lisboa» in *Congresso sobre a situação da língua portuguesa no mundo* (Actas), vol. I, Lisboa: *Instituto de Cultura e Língua Portuguesa*, p. 36.

RIO-TORTO, Graça Maria (1993) *Formação de palavras em português. Aspectos da construção de avaliativos*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Coimbra.

_____ (1993) *Morfologia derivacional: teoria e aplicação ao português*, Porto: Porto.

_____ (2004) *Verbos e nomes em português*, Coimbra: Livraria Almedina.

_____ (2006) «Léxico: semântica e gramática das unidades lexicais» in Maria Francisca ATHAYDE (coord.) *Estudos sobre léxico e gramática*, Coimbra: Cadernos do Cieg nº 23, pp. 11-34.

ROCHA, Luiz Carlos de Assis (2003), *Estruturas morfológicas do Português*, 2ª reimpressão, Belo Horizonte: Editora UFMG.

SAID ALI, M. (1964a) *Gramática Secundária e Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, São Paulo: Editora Universidade de Brasília.

_____ (1964b) *Gramática Elementar da Língua Portuguesa*, 3ª edição melhorada e aumentada, S. Paulo: Edições Melhoramentos.

_____ (1965) *Gramática Elementar da Língua Portuguesa*, 8ª ed. Actualizada, S. Paulo: Edições Melhoramentos.

SANTOS, Antónia Vieira dos (2009) *Compostos sintagmáticos nominais VN, NN, NA, AN e NprepN no português arcaico (sécs. XIII-XVI)*, Dissertação de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia.

SCALISE, Sergio ([1984] 1986) *Generative morphology*, Dordrecht: Foris Publications.

SCALISE, Sergio – GUEVARA, Emiliano (2005) «The lexicalist approach to word-formation and the notion of the lexikon» in Pavol ŠTEKAUER – Rochelle LIEBER (eds.) *Handbook of word-formation*, Netherlands: Springer, pp. 147-188.

SCHUCHARDT, Hugo (1979-1888) *The ethnography of variation: selected writings on pidgins and creoles*. Markey, T. L. (ed. e trad.), Karoma: Ann Arbor.

SPENCER, Andrew (1991) *Morphological Theory. An Introduction to Word Structure in Generative Grammar*, Oxford-Cambridge: Blackwell Publishers.

_____ (2000) «Morphology and Syntax» in Geert BOOIJ - Christian LEHMANN – Joachim MUGDAN (eds.) *Morphologie – Morphology. Ein internationales Handbuch zur Flexion und Wortbildung – An International Handbook on Inflection and Word Formation*, vol. 1, Berlin: Walter de Gruyter. pp. 312-334.

_____ (2005) «Word-formation and syntax» in Pavol ŠTEKAUER – Rochelle LIEBER (eds.) *Handbook of word-formation*, Netherlands: Springer, pp. 73-98.

SPENCER, Andrew – ZWICKY, Arnold M. (eds.) (1998) *The Handbook of Morphology*, Oxford: Blackwell Publishers.

ŠTEKAUER, Pavol – LIEBER, Rochelle (eds.) (2005) *Handbook of word-formation*, Netherlands: Springer.

STUMP, Gregory T. (1998) «Inflection» in Andrew SPENCER – Arnold M. ZWICKY (eds.) *The Handbook of Morphology*, Oxford: Blackwell Publishers, pp. 13-44.

_____ (2005) «Word-formation and inflectional morphology» in ŠTEKAUER, Pavol – LIEBER, Rochelle (eds.) *Handbook of word-formation*, Netherlands: Springer, pp. 49-72.

TOLMAN, Jindřich (1998) «Word Syntax» in Andrew SPENCER – Arnold M. ZWICKY (eds.) *The Handbook of Morphology*, Oxford: Blackwell Publishers, pp. 306-321.

TORRES, Artur de Almeida (1959) *Moderna Gramática da Língua Portuguesa*, 8ª ed. revista e ampliada, Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura.

VALDMAN, Albert (1978) *Le créole: structure, statut et origine*, Paris: Klincksieck.

VANSINA, Jan (2001) «Portuguese vs Kimbundu: language use in the colony of Angola (1575- c. 1845)» in *Bull. Séanc. Acad. R. Sci. Outre-Mer Mede. Zitt. K. Acad. Overzeese Wet*, 47, pp. 267-281.

VARELA, Soledad (1992) *Fundamentos de Morfología*, Madrid: Editorial Síntesis.

VASCONCELLOS, Antonio Garcia Ribeiro de ([1899] 1900) *Grammática Portuguêsa*, Paris-Lisboa: Guillard, Aillaud e Cia.

VASCONCELLOS, Carolina Michaëlis de (1946) *Lições de Filologia portuguesa (segundo as preleções feitas aos cursos de 1911/ 1912 e de 1912/1913) seguidas das lições práticas do português arcaico*, Lisboa: Revista de Portugal.

VENÂNCIO, José Carlos (1996) *A economia de Luanda e Hiterland no século XVIII – um estudo de sociologia histórica*, Lisboa: Editorial Estampa.

VILELA, Mário (1995) «Algumas tendências da Língua Portuguesa em África», in Mário Vilela (ed.) *O ensino da Língua Portuguesa: léxico, dicionário, gramática*, Coimbra: Almedina, pp. 176-177.

VILLALVA, Alina (1994) *Estruturas morfológicas. Unidades e hierarquias nas palavras do português*. Tese de Doutoramento. Lisboa: FLUL (publicada em 2000 pela Fundação Calouste Gulbenkian / FCT).

_____ (2008) *Morfologia do Português*, Lisboa: Universidade Aberta.

Jornais (Fontes dos corpora)

Jornal Semanário *Expresso* Edição nº 2137 de 12 de Outubro de 2013.

Jornal Semanário *Sol*, Edição nº 372 de 18 de Outubro de 2013.

Jornal Semanário *Vida Económica*, Edição nº 1512 de 18 de Outubro de 2013.

Jornal Semanário *Folha 8*, Edição nº 1152 de 27 de Julho de 2013.

Jornal Semanário *O País*, Edição nº 255 de 04 de Outubro de 2013.

Jornal Semanário *Angolense*, Edição nº 535 de 05 de Outubro de 2013.

Dicionários

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA (2001) *Dicionário de Língua Portuguesa Contemporânea* (DLPC), vols. I e II, Lisboa: Editorial Verbo.

BIVAR, Artur (1948) *Dicionário Geral e Analógico da Língua Portuguesa* (DGALP), vol. II, Porto: Edições “Ouro”.

CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso (1964) *Dicionário de Filologia e Gramática*, 2ª ed., Rio de Janeiro: Ozon.

CUNHA, António Geraldo da (1982) *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa* (DENFLP), Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.

- DICIONÁRIOS EDITORA (2013) *Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto: Porto Editora.
- DUBOIS, Jean et al. (1973) *Dictionnaire de Linguistique*, Paris : Librairie Larousse.
- DUCROT, Oswald – TODOROV, Tzvetan (1972) *Dictionnaire Encyclopédique des Sciences du Langage*, Paris: Éditions du Seuil.
- FIGUEIREDO, Cândido de (1986) *Dicionário da Língua Portuguesa*, vols. I e II, 23^a ed., Venda Nova : Bertrand Editora.
- INSTITUTO ANTÓNIO HOUAISS DE LEXICOLOGIA (2005) *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Tomos I-XVI, Lisboa: Temas e Debates.
- MACHADO, José Pedro (1959) *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa (DELP)*, vols. I e II, Lisboa: Editorial Confluência.
- MICHAELIS (1998) *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa (MDLP)*, São Paulo: Melhoramentos.

Webgrafia

a) Suporte electrónico

DICIONÁRIO ELETRÓNICO HOUAISS 2009.

b) Ligações

<http://www.censo.ine.gov.ao/xportal/xmain?xpid=censo2014>. Acesso em 06.02. 2014.

<http://www.ine.gov.ao/xportal/xmain?xpid=ine&xpgid=contact&actualmenu=767429>. Acesso em 06.02. 2014.

<http://www.fl.ul.pt/pessoais/ailp>. Acesso em 14.02.2014.

http://www.tlfq.ulaval.ca/axl/langues/div_inegal_tablo1.htm, da Faculdade de Letras da Universidade Laval de Québec, Canadá. Acesso em 14. 02. 2014.

http://www.governo.gov.ao/Arquivos/Constituicao_da_Republica_de_Angola.pdf. Acesso em 15.02.2014.

www.cplp.org. Acesso em 15.02.2014.

ANEXO - Corpora

Corpus I: PA

Semanário *Angolense* (verbos em *-izar*)

Comercializam: que essencialmente comercializam as empresas de construção civil 32¹⁸

Culpabiliza: que culpabiliza pela escassez de alguns bens 44

Dinamizar: no sentido de dinamizar a montagem de mais pontos 31

Finalizar: para finalizar e corroborando as vozes que já vão dizendo 14

Formalizarem: além de formalizarem a saída de Nfuca Muzemba da liderança 44

Indemnizar: com o objectivo, segundo ele, de indemnizar os «camponeses...» 35

Minimizou: tal como Alcides Sakala minimizou o assunto 15

Mobilizar: lá tem conseguido mobilizar milhares de pessoas 27

Naturalizar: sob a condição de se naturalizar congolês 17

Protagonizar: eis agora a vez de a JURA protagonizar mais outra 14

Rivalizar: seguir a trajectória de sucesso da classe masculina e de rivalizar 40

Viabilizar: e viabilizar os marítimos 11

Semanário *Angolense* (verbos em *-ificar*)

Exemplificar-se: pode exemplificar-se a necessidade de maior esforço de investimento 37

Intensificar: a China precisa intensificar o seu jogo 22

Semanário *Angolense* (verbos prefixados)

Descontaminar: para as fugas e descontaminar a água 39

¹⁸ O número à frente de cada frase indica a página do jornal.

Desculpe: desculpe, Senhor Presidente 10

Desembaraçar: tinha de me desembaraçar cedo do homem 27

Desembarcar: as campeãs desembarcaram em Luanda 43

Desencadear: para desencadear o processo de autoconstrução 37

Desenrolar: a não ser aguardar pelo seu desenrolar 13

Desmotivar-se: o grupo poderia desmotivar-se 3

Ressalvam: ressalvam ainda que os responsáveis garantiam a logística 3

Retornar: para retornar ao tradicional trabalho desse dia 27

Revigorar: para revigorar as vendas 21

Transbordarem: salvo se as coisas transbordarem os limites 15

Semanário *O País* (verbos em *-izar*)

Actualizarem: as pessoas portadoras de deficiências vítimas de minas a registarem-se a actualizarem 3

Agilizarem: competia aos de instrução e a Procuradoria agilizarem a conclusão do processo 6

Centralizar: vai centralizar as suas atenções 12

Concretizar: para concretizar o sonho de gravar 3

Contabilizar: a Fundação Kissama diz contabilizar 52 animais 8

Disponibilizar: o Ministério da Juventude e Desportos disponibilizou mais de cinco milhões de dólares 7

Economizar: procura economizar a maior soma monetária possível 20

Enfatizou: enfatizou a administradora Camila 22

Especializar: o mesmo se pretende especializar 17

Exteriorizar: ele exteriorizou a sua convicção 22

Fiscalizar: que conferem à Assembleia competências próprias para fiscalizar a acção governativa 18

Harmoniza: harmoniza os meridianos do Fígado e da Vesícula Biliar 35

Humanizar: sem esquecer humanizar 13

Imunizar: para imunizar as crianças 13

Legalizar: urge legalizar a corrupção 13

Localiza-se: localiza-se na face lateral da tíbia 41

Marginalizar: marginalizar os jovens por emigrarem 19

Monitorizou: já no capítulo a monitorizar os indivíduos 8

Notabilizaram: onde se notabilizaram granjeando o reconhecimento nacional 35

Oficializar: então porque não oficializar? 44

Realizou: realizou visitas de constatação 3

Responsabilizam-se: os recrutadores não se responsabilizam 16

Sedentarizaram: as comunidades nómadas e as que se sedentizaram 14

Sensibilizar: para uma de sensibilizar 8

Teatralizar: ao teatralizar o “show do camaleão” 2

Utilizarão: que alguns estádios deste mundial utilizarão energias limpas 9

Valorizar: e valorizar a posição geoestratégica 9

Visualiza-se: quando visualiza-se uma situação anómala 41

Semanário ***O País*** (verbos em *-ificar*)

Quantificando: quantificando os números populacionais 7

Acidificar: um destes efeitos é acidificar as águas do mar 43

Semanário ***O País*** (verbos prefixados)

Descentralizar: por se tratar também de um processo de descentralizar 12

Desconfiavam: mas desconfiavam que pudessem estar diante de investigadores 20

Desconsiderar: a governante prefere desconsiderar essas hipóteses 32

Desdobram-se: os parlamentares desdobram-se em várias actividades 12

Desencorajar: era imperioso desencorajar 14

Desequilibra: projecto habitacional desequilibra ambiente 22

Dessalinizar: estações de dessalinizar a água 25

Desvalorizar: vai desvalorizar o rand nos próximos quatro anos 31

Imobilizaram-se: todos os animais imobilizaram-se 8

Reafirmar: apesar de reafirmar que as relações 30

Reaproximar: para unir e reaproximar 15

Recomeçou: estava quando recomeçou a dança 14

Relembrou: o Largo rosa cantou Angola, lembrou Artur Arriscado 36

Retrata: retrata violência policial 12

Revalidar: já não vai poder revalidar o título 38

Seminário *Folha 8* (verbos em *-ificar*)

Planifica: dessa forma planifica toda a actividade comercial e industrial 8

Semanário *Folha 8* (verbos prefixados)

Descriminam: é porque estes os exploram e discriminam 15

Desembocou: e o Estado desembocou no resvalar da incompetência 13

Desempenhou: que José Eduardo dos Santos desempenhou 9

Reconquistou: depois de 27 anos de prisão, reconquistou, enfim, a liberdade 43

Subestimar: não que subestimar a delicadeza das consideradas coisas de somenos importância 25

Ultrapassar: ajude a ultrapassar a crescente tensão vivida entre os dois países vizinhos 21

Corpus II: PE

Semanário *Sol* (verbos em *-izar*)

- Amimetizar: o segundo era que um de nós ficasse a amimetizar o outro 20
- Canalizar: pode canalizar a sua insatisfação num sentido mais positivo 25
- Centralizaram-se: as pesquisas centralizaram-se maioritariamente em municípios 57
- Comercializar: os donos dos animais passaram a estar proibidos de os comercializar 30
- Concretizar: porque faltava concretizar os 200 milhões de cortes adicionais 6
- Dinamizar: Viana do Castelo está a dinamizar o projecto 32
- Disponibilizar: os imóveis a disponibilizar 57
- Fiscaliza: que aplica e fiscaliza a Convenção 30
- Flexibilizar: a própria troika pode até flexibilizar a meta 5
- Industrializar: e industrializar a país 48
- Institucionalizar: pode mesmo institucionalizar 25
- Marginalizou-nos: e o rumo que adoptámos marginalizou-nos 42
- Minimizar: Governo corrigiu OE para minimizar chumbo do TC 63
- Mobilizar: não permite mobilizar o dinheiro 50
- Modernizar: e modernizar o desenvolvimento de um tecido empresarial 04
- Notabilizou-se: notabilizou-se como um verdadeiro renovador da Igreja 35
- Polarizar: e polarizar a política norte-americana 43
- Privatizar: a privatizar algumas das empresas 34
- Protagonizar: o filme a protagonizar 39
- Radicalizar: e radicalizar o maior partido 43
- Realizar: numa cerimónia a realizar a 28 de Outubro 32
- Regularizar: e deram aos clubes 30 dias para regularizar a situação 61
- Rentabilizar: e rentabilizar os espaços domésticos 02
- Sacralizá-las: respeitar as instituições não o mesmo que sacralizá-las 41

Totalizam: os de Leste totalizam 37 milhões 47

Urbanizar: para urbanizar 40

Utilizar: os donos dos animais passaram a estar proibidos de os comercializar e utilizar 30

Vitimizar: após anos a vitimizar o jovem 25

Vulgarizar-se-ia: vulgarizar-se-ia esse uso ‘anormal’ 2

Semanário *Sol* (verbos em *-ificar*)

Intensificou: Washington intensificou a actividade diplomática no Oriente 43

Planificar: planificar as vias circulares 08

Semanário *Sol* (verbos prefixados)

Descolonizar: também estão na lista dos países a descolonizar 34

Desdramatizam: UNITA e Chivukuvuku desdramatizam 59

Desvaloriza: desvaloriza o advogado do jovem 24

Impermeabilizar: impermeabilizar o desenvolvimento 46

Internacionalizarem: e capacidade para se internacionalizarem 52

Reorganizarem: o tempo suficiente para se reorganizarem 53

Revitalizar: um momento de revitalizar 02

Semanário *Vida Económica* (verbos em *-izar*)

Agilizar: o objectivo foi agilizar a captação de investidores 28

Automatizar: que ajuda a automatizar os processos 6

Contabilizam: Ogier e Ingrassia contabilizam um ponto 30

Dinamizar: dinamizar a bolsa de valores 6

Fidelizar: para fidelizar e captar novos clientes III

Finalizar: como finalizar este QREN 10

Focalizar: numa logica de focalizar 13

Formalizar: devem formalizar a sua candidatura 27

Fragilizou: fragilizou a instituição 10

Localizar: e considerou essencial “localizar numa região” 8

Materializa-se: a redução da despesa pública materializa-se 32

Maximizar: para maximizar o valor da internet 28

Monitorizar: consegue monitorizar e gerir o volume 25

Otimizar: para integrar e otimizar a gestão dos seus serviços 19

Profissionalizar: acções de profissionalizar 20

Racionalizar: racionalizar a despesa 48

Tranquilizou: facto que nos tranquilizou 30

Uniformizar: uniformizar no CPC 13

Virtualizar: para virtualizar em larga escala 8

Visualizar: a App permite ainda visualizar os Vodafone Smart connects 35

Semanário *Vida Económica* (verbos em *-ificar*)

Exemplificou: o autarca exemplificou com Serralves 26

Intensificar: o grupo tenciona intensificar o seu programa 14

Simplificar: com o objectivo de simplificar o cumprimento de obrigações 29

Semanário *Vida Económica* (verbos prefixados)

Co-financiar: os fundos apenas co-financiam 32

Desjudicializar: desjudicializar sem critério 13

Deslocalizar: com a empresa a deslocar-se às suas instalações 23

Inutilizar: ou inutilizar mesmo o boletim de voto 13

Reindustrializar: reindustrializar a economia 8

Remobilizar: recuperar a autoestima e remobilizar a CCDR 10

Reorganizar: a minha prioridade foi reorganizar a casa 10

Semanário *Expresso* (verbos em *-izar*)

Amenizar: Muitos comentadores nos EUA tentaram amenizar 37

Amortizar: cumpriram o compromisso de amortizar dívidas? 31

Atualizar: que permite atualizar 17

Capitalizar: e poderemos capitalizar os fundos 30

Enfatiza: Mário Ferreira enfatiza o facto de 35

Formalizar: a formalizar o seu apoio 14

Harmonizar: necessidade de harmonizar tarifaria 31

Industrializar-se: mas na Alemanha a industrializar-se do tempo de Richard Wagner 44

Ironizavam: as noites do Pedro ironizavam nos bastidores 18

Legalizar: da Casa Branca ao Capitólio tentaram legalizar 16

Maximizar: de forma a maximizar as sinergias 25

Mobilizar: se há algo que quero fazer neste mandato é mobilizar a sociedade 12

Naturalizar: “ se a médio prazo Januzaj se naturalizar, estaremos interessados (...)” 46

Normalizou: foi então que a relação normalizou 47

Ocidentalizar: que quer ocidentalizar o seu país 47

Oficializar: nunca aceitaria oficializar 19

Padronizar: no sentido de padronizar procedimentos 29

Racionalizar: nacionalizar o sistema 2

Regularizar: tem 10 dias para regularizar a situação 27

Rentabilizar: é rentabilizar e aprofundar os grandes resultados 16

Sinaliza: a medida sinaliza o desespero 6

Valorizar: valorizar a cidadania ativa 25

Verticalizar: o detalhe de verticalizar 30

Viabiliza: supremo viabiliza debates 3

Semanário *Expresso* (verbos em *-ificar*)

Quantificar: e até se pode quantificar 46

Rigidificaria: sob o argumento de que isso “rigidificaria excessivamente os quadros orçamentais” 6

Semanário *Expresso* (Verbos prefixados)

Desdiabolizou: Marine desdiabolizou a FN 41

Desdramatizou: meses mais tarde, ao “Die Welt” desdramatizou 47

Desvalorizou: Passos Coelho desvalorizou o facto de 19

Renacionalizar: a tendência de renacionalizar 6